

ENUNCIÇÃO E POLIFONIA, ALIÁS

(UM ESTUDO ARGUMENTATIVO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

por

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA

Texto apresentado ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Lingüística.

*Este exemplar é a redação final da dissertação defendida por Soeli Maria Schreiber da Silva e aprovada pela Comissão julgadora em 18/02/88*

FEVEREIRO DE 1988

*Ey / Campinas*  
Prof. Dr. *Benedito Roberto*  
Jungueira Guimarães  
orientador

Um agradecimento especial a meu orientador, Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, que acolheu meu projeto de estudo, fazendo as retificações necessárias sem, contudo, diminuir meu entusiasmo com os trabalhos em andamento, mas incentivando-me a aprofundá-los realizando um percurso de estudo comigo.

Agradeço, também, a Ingedore Koch e Rosa Attiê Figueira pelas sugestões dadas no exame de qualificação.

Para Deonísio da Silva e  
Manuelinha

Para Antonio Paulo Cavaretti

Para a realização deste trabalho, recebi apoio das seguintes instituições:

Universidade de Ijuí-RS & PICD

Universidade Estadual de Campinas & CAPES

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

"Quanto mais leio este elenco mais me convenço de que ele é efeito do acaso e não contém nenhuma mensagem. Mas essas páginas incompletas acompanharam-me pela vida inteira, que desde então me foi dado viver, consultei-as freqüentemente como a um oráculo, e tenho quase a impressão que o que escrevi sobre essas folhas, que tu agora lerás, leitor ignoto, outra coisa não é senão um centão, um carne figurado, um ímense acróstico que não diz e não repete nada além daquilo que esses fragmentos me sugeriram, tampouco sei se falei até agora deles ou se eles falaram por minha boca. Mas qualquer uma que seja das duas venturas, quanto mais recito a mim mesmo a história que deles saiu, menos consigo entender se nela há uma trama que ultrapasse a seqüência natural dos eventos e dos tempos que os conectam. E é duro para este velho monge, nos umbrais da morte, não saber se a carta que escreveu contém algum sentido oculto, e se mais de um, e muitos, ou nenhum."

(Umberto Eco, O Nome de Rosa)

## RESUMO

Inicia-se o estudo com o objetivo de levantar hipóteses sobre o estatuto gramatical do morfema aliás. Em seguida consideram-se basicamente os trabalhos do linguista Oswald Ducrot. Apresenta-se a abordagem sobre o aliás (Ducrot e outros: 1980b). Questões levantadas nesta primeira abordagem aparecem reinterpretadas a partir da Teoria Polifônica da Enunciação (Ducrot, 1987), aqui apresentada. Fala-se sobre estudos da Polifonia no Brasil e há uma análise de uma seqüência textual, principalmente com base em Guimarães (1987). Mais adiante caracteriza-se o aliás em relação à Polifonia e Argumentação. Compara-se o aliás com na verdade, de fato, com efeito, além disso, até mesmo.

Conclui-se que o aliás apresenta polifonia e seu funcionamento enunciativo aponta, inclusive, para a textualidade. O estudo, ao contrário do que se previa, considera que se o aliás é polifônico e tem a ver com a textualidade, então na seqüência X aliás Y não interessa muito dizer em que classe gramatical essa expressão se encaixa.

Candidata: SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA

Orientador: PROF. DR. EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES

## ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO .....	8
I. <u>ALIÁS</u> : ESTATUTO GRAMATICAL .....	10
II. O MORFEMA <u>ALIÁS</u> : ABORDAGEM ARGUMENTATIVA <u>INI</u> <u>CIAL</u> .....	37
III. A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO .....	62
IV. ESTUDOS DA POLIFONIA NO BRASIL .....	72
V. <u>ALIÁS</u> : CARACTERIZAÇÃO ENUNCIATIVA.....	84
NOTAS .....	100
BIBLIOGRAFIA .....	102

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do ponto de vista de que a descrição semântica e as decisões que precisamos tomar para dar o sentido do enunciado implicam numa postura metodológica que constrói relações entre hipóteses e descrições e, nesse aspecto, a hipótese não se confunde com a intuição que temos quando consideramos o sentido do enunciado. Assim

"O objetivo (o fim) de uma pesquisa lingüística é construir relações entre hipóteses e descrições e não (grifo nosso) revelar a verdadeira significação de expressões analisadas" (Ducrot e outros, 1980b: 194).

Para isto utilizam-se hipóteses iniciais de Ducrot e outros (1980b) mas procura-se reinterpretá-las à luz da concepção polifônica que está em Ducrot (1987), obra esta que foi publicada na França, em 1984.

Na caracterização semântica do enunciado, Ducrot observa que "o sentido do enunciado pode ser uma representação da enunciação" (Ducrot, 1987: 172). Nessa perspectiva, recusa-se a noção de sentido literal como conceito indispensável numa teoria semântica. As significações das frases de uma língua são consideradas como instruções para interpretação dos sentidos dos enunciados. Em nosso trabalho em lugar de se considerar a dupla falante-ouvinte, pretende-se trabalhar na concepção que vê no enunciado, a representação de diversas vozes. Assim, o

locutor, alocutário, enunciador e destinatário "serão personagens da enunciação lingüística considerada" (Guimarães: 1987). Essas personagens são o modo pelo qual se constrói uma forma de representar a cisão do sujeito do enunciado.

Neste trabalho não são tratadas todas as hipóteses de Ducrot e outros (1980a) e Ducrot (1987). Na medida do possível procura-se iniciar o estudo com o objetivo de levantar questões e constituir hipóteses sobre o aliás: esse morfema funciona como advérbio ou conjunção? Isto aparece no primeiro capítulo, nele, de certa forma, abre-se um caminho no sentido de mostrar algo além da independência da seqüência X aliás Y. No segundo capítulo, a abordagem argumentativa de Ducrot e outros (1980 b) apresenta hipóteses que orientam a discussão do primeiro capítulo. E o trabalho toma outra direção na tentativa de caracterizar o valor argumentativo do aliás.

No terceiro e quarto capítulos, apresentam-se os conceitos da Teoria Polifônica da Enunciação, bem como a análise de uma seqüência textual de modo a mostrar em um texto do Português diferentes perspectivas enunciativas. No quinto e último capítulo analisa-se o aliás em oposição a na verdade, de fato, com efeito, até mesmo e além disso. Desse modo a caracterização pode se delinear melhor na estrutura da Língua Portuguesa.

## 1. ALIÁS: ESTATUTO GRAMATICAL

### 1.0. Sumário

O presente capítulo faz ver o que certas gramáticas do uso escolar veiculam sobre o aliás e a classe dos advérbios. Em seguida parte-se do texto "Analyses pragmatiques" de Ducrot para apresentar a visão que vê o advérbio como uma avaliação do próprio fato de se falar alguma coisa. Suscita-se a natureza adverbial do 'aliás' a partir do exemplo (8) operando-se com paráfrases de tipos diversos de relações entre orações. Mostra-se a convivência entre algumas conjunções e o 'aliás'. Com o objetivo de observar elementos que aproximam e distanciam o 'aliás' do advérbio compara-se o 'aliás' com 'felizmente' e inverte-se o 'aliás'. Realizam-se testes de interrogação, negação, focalização com 'é que' e articulação no diálogo visando à observação da incidência do 'aliás' sobre a relação entre as duas orações.

### 1.1. A Classificação do 'Aliás' em Algumas Gramáticas

Algumas gramáticas representativas da Língua Portuguesa enquadram a palavra 'aliás' no espaço reservado às palavras não classificadas do Português. Com isso, ela não se encontra incluída em nenhuma das dez classes conhecidas.

Consultamos algumas gramáticas escolares do Português, com o objetivo de verificar o tipo de classificação e em seguida registramos também as definições sobre o advérbio. Uma afirmação comum encontrada diz que, de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira, 'aliás' é uma das 'palavras ou locuções outrora consideradas advérbios' (CEGALLA,

1985). Celso Cunha, pressupondo isso, afirma ser impróprio o enquadramento de certas palavras entre os advérbios e vê o 'aliás' como retificação (CUNHA, 1985). Apesar de Antenor Nascentes considerar que "as palavras e locuções saíndo do domínio da gramática caem no da estilística, cujo escopo é o estudo da linguagem afetiva, isto é, a que exprime o sentimento" (NASCENTES, 1960), não trata do problema abordado e acaba, também, vendo a palavra com a função de retificação. A mesma classificação é apresentada por Rocha Lima. Entretanto, o gramático acrescenta que pelo fato de certas palavras não exprimirem nenhuma circunstância, não as considera advérbios e afirma que há palavras que "antes modificam a frase em sua totalidade do que o verbo em particular, manifestando-se por meio delas uma apreciação da pessoa que fala" (LIMA, 1980)<sup>2</sup>. De qualquer modo, Rocha Lima repete a definição peculiar às gramáticas já mencionadas: o "aliás" é retificação.

Não é difícil encontrar observações que mostram um tratamento que tem a ver com o uso habitual. Um dicionário pode ser, em parte, esclarecedor neste aspecto:

"Aliás adv. de outra maneira, de outro modo: Tomemos por valedores a Senhora e a Igreja, por cuja contemplação nos concede o Senhor o que aliás nos pudera negar (Dic. Acad. Lis. 1ª ed.). Usa-se depois de uma frase escrita ou pronunciada por engano, seguindo-se-lhe a emenda: Lisboa, três de fevereiro, aliás de março. Ainda assim: todavia, no entanto: figuras rudes, sem aliás deixarem de ser ingênuas (Antero de Fig., Amor Supremo, p. 328, 3ª ed. Quando não. |Nota: Na linguagem atual, a palavra aliás emprega-se amiúde, não já

apenas em emenda ou em contraste mas em desenvolvimento ou explanação do que anteriormente se disse: corresponde por vezes e diga-se a propósito, de passagem, diga-se ainda, para mais. Ex.: Deve aceitar-se essa afirmação cuja veracidade aliás, ninguém pode por em dúvida| F. Lat. aliás".(Diccionário Caldas Aulete, p. 160).

É preciso estar atento para o fato de o dicionário registrar os diferentes usos do 'aliás'. Em primeiro lugar, cita um texto com sentido de retificação. Em seguida, aponta para o fato de que este sentido vem de um uso num momento anterior. Mostra que hoje, além da retificação, há o sentido de acréscimo e levanta a hipótese sobre: a) sentido atual: não só como retificação mas como acréscimo ou desenvolvimento ao que se disse anteriormente. b) Em nota está implícito um sentido no uso atual e um sentido no uso num momento anterior, desse modo a hipótese evidencia uma pista para apreender a mudança de sentido.

Vários dicionários da língua latina consideram a palavra 'aliás' como advérbio. Há exemplos disso no Dicionário Etimológico da Língua Latina, Dicionário Latino-Português e Pequeno Dicionário Latino-Português. Além disso é comum eles apresentarem como sinônimo para a expressão em outro lugar. Este sinônimo é muito difícil de ser explicado numa análise sincrônica ou descritiva do Português. Entretanto não deixa de ser importante para elucidar o sentido atual o uso dado num momento anterior.

## 1.2. A Definição do Advérbio em Algumas Gramáticas

Ficou claro que os gramáticos analisam o "aliás" como palavra ou locução que indica retificação. Mas o Dicionário Caldas Aulete levanta uma hipótese sobre o sentido atual. Assim o "aliás" é visto como acréscimo e com função de advérbio. Entretanto, as gramáticas excluem tal palavra de classificação dos advérbios. Para se ter uma idéia da posição dos gramáticos sobre a classe dos advérbios vejamos as definições apresentadas. Cegalla diz que "o advérbio é uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio" (CEGALLA, 1985). A mesma definição acrescida da idéia de circunstância aparece em Bechara: "Advérbio é a expressão modificadora que denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.)" (BECHARA, S/D). A definição de Rocha Lima não traz novidades: "Advérbios são palavras modificadoras do verbo. Servem para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal" (LIMA, 1980). Já Celso Cunha vê o advérbio como "fundamentalmente um modificador do verbo" (CUNHA, 1985). Antenor Nascentes define o advérbio como palavra que exprime circunstâncias (NASCENTES, 1960).

Essas definições envolvem a noção de modificação do verbo e a idéia de circunstância. Portanto, efetivamente, a razão para excluir palavras da classificação adverbial prende-se ao fato de elas não exprimirem circunstâncias ou não modificarem somente o verbo. Vale lembrar a observação de Rocha Lima semelhante à adotada por Celso Cunha: "Algumas

palavras modificam a frase em sua totalidade manifestando uma apreciação da pessoa que fala" (LIMA, 1980).

### 1.3. O Advérbio em Ducrot

Ducrot (1980) parte do conceito de enunciado para descrever o advérbio. "Por oposição do processo de atividade lingüística que é o processo de produção do enunciado" (1980a: 30), Ducrot faz ver que o conceito de enunciação "é uma ocorrência de frase de uma língua realizada de uma forma particular num ponto e momentos particulares" (1980a: 30). Subjaz a isso que a interpretação de um enunciado é "a descrição da sua enunciação" (1980a:30). Já a "qualificação da enunciação constitui o sentido do enunciado" (1980a: 30). Nesse aspecto vê-se a "enunciação como a produção de efeitos jurídicos" (1980a: 30). A enunciação pode ser vista "como um acontecimento suscetível de ser qualificado pelo enunciado" (quando o enunciado contém um advérbio de incidência enunciativa) (1980a: 38).

Vista assim a análise empreendida por Ducrot sobre a categoria dos advérbios supõe que em tal categoria, para compreender o efeito semântico, considera-se a sua incidência sobre:

- a) Um constituinte do enunciado;
- b) O conjunto do enunciado;
- c) A enunciação (1980a: 35-36)

Vejamos o que esta visão oferece para a interpretação dos exemplos do Português:

- a) Pedro fala francamente;
- b) Francamente, só Pedro fala;
- c) Felizmente Pedro chegou.

No exemplo (a) Francamente modifica o predicado fala, para constituir um predicado fala francamente que é afirmado de Pedro e não de outras pessoas. O advérbio francamente incide sobre o verbo modificando-o para Pedro fala de um modo franco ou Pedro é franco no seu modo de falar. Em (b), o advérbio felizmente não modifica o verbo e, nesse caso não temos que Pedro chegou de um modo feliz. Aliás, no Português empregariamos a frase Pedro chegou feliz com o sentido de Pedro chegou de um modo feliz e não Pedro chegou felizmente. Em (b) francamente incide sobre Só Pedro fala, ou seja, sobre o enunciado. b é paráfrase de Pedro é a única pessoa que fala de um modo franco. Em (c), o advérbio felizmente marca uma atitude do enunciador constituindo um novo conteúdo que não expressa a felicidade de Pedro ao chegar, isto é, não expressa a relação entre o advérbio e a frase enunciada expressa pelos seus constituintes, mas reporta à opinião que o locutor tem sobre a chegada de Pedro. Portanto, o advérbio felizmente só pode ser analisado na produção da fala ou na enunciação, isto é, eu, locutor, te digo que estou feliz por poder dizer que Pedro chegou.

Ducrot observou esses efeitos semânticos em Francês e concluiu que nem sempre há advérbios que dizem respeito à enunciação. Isso o levou a classificar os advérbios e locuções chegando a quatro classes. Na Classe 1 incluem-se as ocorrências que dizem respeito ao constituinte. Ducrot

compara a locução com sinceridade com o advérbio sinceramente admitindo que a locução incide sobre o constituinte e o advérbio sobre a enunciação. O exemplo dado é "Avec sincerité seul Pierre parlait" (Ducrot, 1980a: 36). Avec sincerité incide sobre o constituinte, já a Classe 2 distingue-se pelo fato de a incidência dar-se sobre o constituinte e sobre a enunciação. O exemplo dado é "Je suis venir a tout hasard" (Ducrot, 1980a: 36). A expressão a tout hasard pode modificar o verbo e pode qualificar a enunciação. Na Classe 3, o advérbio incide sobre o constituinte e sobre o enunciado como se vê em "Vraiment seul Pierre parlait" (Ducrot, 1980a: 37) onde não se sabe decidir se verdadeiramente qualifica a asserção de verdade ou se qualifica a verdade do enunciado. Em "Seul Pierre parlait vraiment" (Ducrot, 1980a: 36), Ducrot afirma que verdadeiramente incide sobre o verbo. Assim temos "ele fala verdadeiramente no sentido de ele não mente" (Ducrot, 1980a: 36). Na Classe 4, o advérbio ou a locução incidem sobre o enunciado como em

"Es-tu content?"

1. Hélas, je ne suis pas content.
2. Hélas, je suis content.

(Ducrot, 1980a: 37)

Para Ducrot, "não há contradição e nem redundância nas respostas" (Ducrot, 1980a: 37). Ducrot analisa a resposta 1 como uma resposta de uma personagem (je 1) e a resposta 2 como a resposta de outra personagem (je 2) onde "a pessoa não é essencialmente o locutor mas que é caracterizada pelo fato de ela coincidir na realidade com a última" (Ducrot,

1980a: 37).

Essa análise de Ducrot revela que o estudo do advérbio precisa ir além da estrutura linear dos constituintes internos da frase. Certas ocorrências só podem ser interpretadas semanticamente se recorrermos ao processo de produção das frases, ao conceito de enunciado e enunciação e à qualificação da enunciação. Talvez seja um caminho para descrevermos palavras que não se encaixam na classificação adverbial de algumas gramáticas tradicionais no uso escolar.

Vamos tomar, então, exemplos<sup>3</sup> da forma X aliás Y com a intenção de interpretarmos semanticamente tal estrutura.

1. O carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
2. Você vive se queixando. Aliás, merece críticas.
3. As duas alternativas, aliás não excludentes, em pobrecem o debate.
4. Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.
5. Em Aquidauana pescam com flecha. Aliás, aqui, dá mais peixe que estrelas no céu.
6. Faltou à reunião. Aliás, foi visitar o professor aposentado.
7. Está calor. Aliás, isso aqui é um inferno.
8. O calor era tanto que, aliás, o sol torrava os meus miolos.
9. O consumidor controla os preços. Aliás, em favor do próprio bolso.

10. O que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, é uma abstração.

Em

(8) O calor era tanto que aliás, o sol torrava os meus miolos

temos o sol torrava os meus miolos como consequência de o calor era tanto. Poderíamos parafrasear o enunciado com

(8') O sol torrar os meus miolos é uma consequência do calor que era tanto.

Entretanto, nesse caso X é seguida da conjunção 'tanto que', do 'aliás' e de Y. Como pode o 'aliás' conviver com a conjunção? Nessa relação de dependência que se apresenta no enunciado, a conjunção funciona como uma consequência do que foi dito antes. Se excluirmos a conjunção, a relação é outra: em primeiro lugar o operador 'aliás' incide sobre o conteúdo da frase na sua totalidade e marca a atitude do falante em relação ao calor e ao fato do sol torrar os miolos. A informação que é dada na totalidade da oração é qualificada pela relação de eu te dizer sobre o calor que era tanto que o sol torrava os meus miolos. Torrar os meus miolos é assim um argumento que é dado para o interlocutor em favor do calor. Em O calor era tanto que o sol torrava os meus miolos há só a relação de antecedente consequente. Portanto o aliás marca só a presença do locutor mas não a relação "causa/consequência". Isto levaria a dizer que aliás não é conjunção.

Considerando o caso de

(2) Você vive se queixando. Aliás merece críticas.

alguém poderia pensar que o aliás funciona como conjunção. Isso se percebe se compararmos tal enunciado com

(2') Você vive se queixando. Por isso merece críticas.

Temos que, nesse caso, todas as pessoas que vivem se queixando merecem críticas. É essa generalização que permite a conclusão "merece críticas". Há, no entanto, dois problemas: o primeiro é saber se a conjunção por isso substitui o aliás e o segundo é saber se o operador 'aliás' funciona como advérbio. A interpretação do aliás como advérbio muda o sentido da oração. Assim, o que interessa em (2') é a queixa do interlocutor e o fato de o locutor dizer ao interlocutor que merece críticas e não o fato de que todas as pessoas que se queixam merecem críticas. Há proximidade entre o emprego do advérbio com valor de conjunção e o emprego da conjunção. Mas, há mudanças de sentido no emprego do aliás e da conjunção por isso. Por outro lado é possível dizer

(2'') Você vive se queixando. Por isso, aliás, mere-  
ce críticas.

Reaparece, em parte, o nosso problema inicial. Con-  
tinuaremos então testando a proximidade do 'aliás' com ou-  
tras conjunções. Começamos com a conjunção 'e' nos exemplos  
que seguem:

11. O carnaval é uma porcaria. E, aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
- 12(?). Você vive se queixando. E, aliás, merece críticas.
- 13(?). As duas alternativas, e, aliás não excludentes, empobrecem o debate.
14. Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia<sup>(4)</sup>.
15. Em Aquidauana pescam com flecha. E, aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 16(?). Faltou à reunião. E, aliás, foi visitar o professor aposentado.
17. Está calor. E, aliás isso aqui é um inferno.
- 18(?). O calor era tanto que e aliás o sol torrava os meus miolos.
- 19(?). O consumidor controla os preços. E aliás, em favor do próprio bolso.
- 20(?). O que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções se pode, dizer dos dialetos. A língua é e aliás, uma abstração.

Em (18) o "e" aparece junto de outra conjunção e não há dúvida: é impossível. Já em (11), (4), (15) e (17) o "e" é possível, o que pode caracterizar um uso adverbial do aliás uma vez que o aliás está marcado pela opinião do locutor que produziu o enunciado. Porém há dificuldade em (12), (13), (16), (18), e (20). Isto leva a hipótese de que o aliás é uma conjunção.

Vejamos agora a convivência do operador 'aliás' com a conjunção 'por isso'.

- 21(?). O carnaval é uma porcaria. Por isso, aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
22. Você vive se queixando. Por isso, aliás, merece críticas.
- 23(?). As duas alternativas, por isso, aliás, não excludentes, empobrecem o debate.
24. Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, por isso, aliás, a proposta básica de Cláudia.
25. Em Aquidauana pescam com flecha. Por isso, aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
26. Faltou à reunião. Por isso, aliás, foi visitar o professor aposentado.
- 27(?). Está calor. Por isso, aliás, isso aqui é um inferno.
- 28(?). O calor era tanto que, por isso, aliás, o sol torrava os meus miolos.
- 29(?). O consumidor controla os preços. Por isso, aliás, em favor do próprio bolso.
- 30(?). O que se pode dizer das línguas guardadas as proporções se pode dizer dos dialetos. A língua, por isso, aliás, é uma abstração.

Passa tranquilamente o enunciado (22), muda um pouco o sentido da (24), (25) e (26) e a (21), (23), (27), (28), (29) e (30) não são ocorrências de empregos possíveis. Constatase isso quando o "por isso" vem antes do "aliás". Talvez a (30) passe com o "por isso" depois do "aliás". É possível que em

(30') O que se pode dizer das línguas guardadas as proporções se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, por isso é uma abstração.

o 'aliás' esteja incidindo sobre a relação retomando o que subjaz ao que foi dito anteriormente: a língua é igual ao dialeto. E o "por isso" funciona como anafórico. Em (24), (25), (26) a mudança de sentido diz respeito ao fato de o aliás não marcar a possibilidade de uma conclusão: não é pelo fato de pescarem com flecha que eu concluo que aqui dá mais peixe que estrelas no céu. O "por isso" parece produzir o sentido exatamente inverso. E o "aliás" passa a ser uma avaliação que o locutor faz na perspectiva da relação que o "por isso" estabelece: eu te digo que a língua é igual a abstração é uma conclusão que eu afirmo que estou tirando a partir da afirmação o que se pode dizer das línguas guardadas as proporções se pode dizer dos dialetos. A (23) não passa. É muito provável que haja o encaixe de uma explicação e o "aliás" permite o apagamento da conjunção 'que' mas não tem o valor de explicação e talvez possamos levantar a hipótese de que o "aliás" começa a substituir a conjunção. E ainda a possibilidade de (25) e não (27) também revela que o "aliás" introduz a marca da avaliação do locutor.

Vejamos agora se a avaliação é opositiva:

31(?). O carnaval é uma porcaria. Mas, aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.

32(?). Você vive se queixando. Mas, aliás, merece críticas.

- 33(?). As duas alternativas, mas, aliás não exclu-  
dentes, empobrecem o debate.
- 34(?). Viver melhor é uma idéia ótima. Essa é,  
mas, aliás, a proposta básica de Cláudia.
- 35(?). Em Aquidauana pescam com flecha. Mas, aliás,  
aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 36(?). Está calor. Mas, aliás, isso aqui é um in-  
ferno.
- 37(?). Faltou à reunião. Mas, aliás, foi visitar  
o professor aposentado.
- 38(?). O calor era tanto, que, mas, aliás, o sol  
torrava os meus miolos.
- 39(?). O consumidor controla os preços. Mas, aliás,  
em favor do próprio bolso.
- 40(?). O que se pode dizer das línguas guardadas  
as proporções se pode dizer dos dialetos.  
A língua, mas, aliás, é uma abstração.

A conjunção mas não é aceitável em nenhum dos  
exemplos quando acompanhada do "aliás". Este teste mostra  
que o "aliás" não convive com a conjunção mas ou seja a ava-  
liação do "aliás" não convive com a oposição do mas<sup>5</sup>.

Até agora, temos um quadro em que o 'aliás' está  
entre um uso adverbial de enunciação e um uso conjuntivo,  
ou produzindo apagamento da conjunção.

No próximo conjunto de exemplos, compararemos o  
aliás com o advérbio 'felizmente'.

#### 'ALIÁS' ACOMPANHADO DE ADVÉRBIO

- 41a . Felizmente o carnaval é uma porcaria. Aliás  
a porcaria mais gostosa do mundo.

- 41b(?). O carnaval é uma porcaria. Felizmente, aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
- 41c. O carnaval é uma porcaria. Aliás, felizmente a porcaria mais gostosa do mundo.
- 42a. Felizmente você vive se queixando. Aliás, merece críticas.
- 42b(?). Você vive se queixando. Felizmente, aliás, merece críticas.
- 42c. Você vive se queixando. Aliás, felizmente merece críticas.
- 43a. Felizmente as duas alternativas, aliás, não excludentes, empobrecem o debate.
- 43b(?). As duas alternativas, felizmente, aliás, não excludentes, empobrecem o debate.
- 43c. As duas alternativas, aliás, felizmente, não excludentes, empobrecem o debate.
- 44a. Felizmente, viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.
- 44b(?). Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, felizmente, aliás, a proposta básica de Cláudia.
- 44c. Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, aliás, felizmente, a proposta básica de Cláudia.
- 45a. Felizmente em Aquidauana pescam com flecha. Aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 45b(?). Em Aquidauana pescam com flecha. Felizmente, aliás, aqui dá mais peixe que estrela no céu.

- 45c. Em Aquidauana pescam com flecha. Aliás, felizmente aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 46a. Felizmente faltou à reunião. Aliás foi visitar o professor aposentado.
- 46b(?). Faltou à reunião. Felizmente, aliás, foi visitar o professor aposentado.
- 46c. Faltou à reunião. Aliás, felizmente foi visitar o professor aposentado.
- 47a. Felizmente está calor. Aliás, isso aqui é um inferno.
- 47b(?). Está calor. Felizmente, aliás, isso aqui é um inferno.
- 47c. Está calor. Aliás, felizmente isso aqui é um inferno.
- 48a. Felizmente o calor era tanto que o sol, aliás, torrava os meus miolos.
- 48b(?). O calor era tanto que felizmente, aliás, o sol torrava os meus miolos.
- 48c. O calor era tanto que aliás, felizmente, o sol torrava os meus miolos.
- 49a. Felizmente o consumidor controla os preços. Aliás, em favor do próprio bolso.
- 49b(?). O consumidor controla os preços. Felizmente, aliás, em favor do próprio bolso.
- 49c. O consumidor controla os preços. Aliás, felizmente, em favor do próprio bolso.
- 50a. Felizmente o que se pode dizer das línguas guardadas as proporções se pode dizer dos dialetos. Aliás, a língua é uma abstração.

50b(?). O que se pode dizer das línguas guardadas as proporções se pode dizer dos dialetos. Felizmente, aliás, a língua é uma abstração.

50c. O que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos. Aliás, felizmente a língua é uma abstração.

Por esta comparação com o advérbio notamos que passam tranqüilamente os enunciados quando o 'felizmente' incide sobre X ou sobre Y e o 'aliás' sobre a relação. A dificuldade ocorre quando o felizmente aparece seguido do aliás. Em todos os casos em que temos felizmente aliás Y em vez do aliás retomar o que foi dito em X, retoma o 'felizmente' perdendo-se, assim, a retomada do que foi dito anteriormente. Mas o que se tem de concreto é a não aceitação de X felizmente aliás Y porque felizmente e aliás não convivem quando aparecem juntos. Em 'X aliás felizmente Y' a convivência do aliás com o felizmente é possível e o aliás incide sobre a relação incorporando assim traços da conjunção.

#### 2.4. A Estrutura do Enunciado da Forma "X aliás Y"

As descrições, proporcionadas até agora pelos testes com conjunções e advérbios, levam a considerar um uso adverbial e conjuntivo do 'aliás'. Porém ainda não está suficientemente caracterizada a estrutura interna do enunciado em questão. É imprescindível associar o estudo do 'aliás' ao modo como se estrutura o enunciado. Com base nos concei-

tos de Bally (1965) o enunciado apresenta variáveis que incluem o propósito e o tema. Apoiado nestes conceitos Bally (1965) propõe uma distinção entre frases coordenadas, segmentadas e subordinadas. Ducrot (1972) sustenta a aplicação dos mesmos conceitos quando trata de caracterizar a estrutura sintática pois lhe parece "uma propriedade dos enunciados, que são o ponto de partida de uma descrição semântica" (Ducrot, 1972: 127).

Ducrot explicita Bally considerando os três modos de composição possível entre enunciado da seguinte maneira:

- a) JUSTAPOSIÇÃO: Quando há uma simples reunião de dois atos de enunciação perfeitamente independentes quanto às condições e intenções.
- b) COORDENAÇÃO: duas enunciações A e B estão coordenadas se A for uma proposição independente e B tomar A por tema.
- c) FRASES LIGADAS: aqui nenhuma das duas orações é objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente do outro. Não se afirma sucessivamente A e B, enuncia-se uma relação entre A e B.

(Ducrot, 1972: 127-129)

Isso não é tudo para percebermos as diferenças de estrutura do enunciado. Ducrot (1972) facilita a descrição quando introduz os critérios de interrogação, negação, focalização com 'é que', e encadeamento. A aplicação destes critérios permite a constatação de que certas mudanças do enunciado produzem efeitos de sentido que não abstraímos quando operamos com o exemplo somente em termos de asserção. E mais:

o conjunto de testes servirá para mostrar se a estrutura semântica sobre a qual incide o "aliás" apresenta ou não uma relação de dependência. Vejamos, portanto, o alcance destes critérios.

a) INTERROGAÇÃO

- 51a. O carnaval é uma porcaria? Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
- 51b. O carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo?
- 52a. Você vive se queixando? Aliás, merece críticas.
- 52b. Você vive se queixando. Aliás, merece críticas?
- 53a. As duas alternativas, aliás, não excludentes, empobrecem o debate?
- 53b. As duas alternativas, aliás, não excludentes? empobrecem o debate.
- 54a. Viver melhor é uma idéia ótima? Essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.
- 54b. Viver melhor é uma idéia ótima. Essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia?
- 55a(?). Em Aquidauana pescam com flecha? Aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 55b(?). Em Aquidauana pescam com flecha. Aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu?
- 56a. Está calor? Aliás, isso aqui é um inferno.
- 56b. Está calor. Aliás, isso aqui é um inferno?

- 57a. Faltou à reunião? Aliás, foi visitar o professor aposentado.
- 57b. Faltou à reunião. Aliás, foi visitar o professor aposentado?
- 58a. O calor era tanto? que, aliás, o sol torrava os meus miolos.
- 58b. O calor era tanto que, aliás, o sol torrava os meus miolos?
- 59a. O consumidor controla os preços? Aliás, em favor do próprio bolso.
- 59b. O consumidor controla os preços. Aliás, em favor do próprio bolso?
- 60a. O que se pode dizer das línguas guardadas as as proporções se pode dizer dos dialetos? A língua, aliás, é uma abstração.
- 60b. O que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, é uma abstração?

Em (a) submetemos os enunciados ao critério da interrogação. Os enunciados (51a), (52a), (54a), (56a), (57a), (58a), (59a) e (60a) temos a incidência da interrogação em X. E se questionarmos Y, como é o caso dos outros enunciados, a interrogação só incide sobre o Y. Na maioria dos exemplos o teste mostra que só se pode questionar X ou Y e nunca X aliás Y. Em (55a) se questionarmos X, isso afeta "y". Note-se que em (55a) a interrogação em X provoca um problema de ambigüidade em Y. A interrogação em X desarticula a referência em Y, pois o interlocutor dificilmente saberá qual é o

referente para "aqui". O mesmo ocorre na (55b). Mas no exemplo (5) a ambigüidade já existe.

b) NEGAÇÃO

61. O carnaval não é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.
62. Você não vive se queixando. Aliás merece críticas.
63. As duas alternativas, aliás não excludentes, não empobrecem o debate.
64. Viver melhor não é uma idéia ótima. Essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.
65. Em Aquidauana não pescam com flecha. Aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
66. Não faltou à reunião. Aliás, foi visitar o professor aposentado.
67. Não está calor. Aliás, isso aqui é um inferno.
68. O calor não era tanto, que, aliás, o sol torrava os meus miolos.
69. O consumidor não controla os preços. Aliás, em favor do próprio bolso.
70. O que não se pode dizer das línguas guardadas as proporções não se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, é uma abstração.

Em (b) aplicamos o teste da negação. Tal teste revela a mesma independência mas fica mais claro o fato de o primeiro enunciado servir de base para o segundo. Quando o enunciado X é negado essa negação não incide sobre o enun-

ciado Y. Isso não impede que os conteúdos semânticos dos enunciados sejam afetados, como se vê, por exemplo em (61). A negação de X em (61) não incide sobre Y mas orienta para outra conclusão. X quando é negado orienta para 'o carnaval é bom'. Entretanto com a negação de X o enunciado Y não retorna mais ao conteúdo de X mas subentende um outro conteúdo, ou seja, há aqueles que acham que o carnaval é uma porcaria; a estes é lembrado que é a porcaria mais gostosa do mundo. Essa fragmentação, provocada pela negação de X, quebra a continuidade do texto. Ocorre que em (1) o locutor simula em Y o dizer de uma pessoa que considerará o carnaval uma porcaria. Portanto a enunciação do locutor é atribuída a outra pessoa ou o locutor simula um destinatário. A grosso modo temos aí o que Ducrot chama de polifonia. Daí porque em (61) com a negação de X há uma quebra na continuidade do texto.

### c) ARTICULAÇÃO NO DIÁLOGO

71.A O carnaval é uma porcaria.

B Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.

72(?)A Você vive se queixando.

B Aliás, merece críticas.

73.A As duas alternativas empobrecem o debate.

B Aliás, não excludentes.

74.A Viver melhor é uma idéia ótima!

B Essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.

- 75.A Em Aquidauana pescam com flecha.
- B Aliás, aqui dá mais peixe do que estrelas no céu.
- 76.A Faltou à reunião.
- B Aliás, foi visitar o professor aposentado.
- 77.A Está calor.
- B Aliás, isso aqui é um inferno.
- 78(?)A O calor era tanto.
- B Que, aliás, o sol torrava os meus miolos.
- 79.A O consumidor controla os preços.
- B Aliás, em favor do próprio bolso.
- 80.A O que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos.
- B A língua, aliás, é uma abstração.

Em (c) os exemplos (71), (73), (74), (75), (76), (77), (79) e (80) são articulados no diálogo, enquanto que em (78) tal articulação não é possível e em (72) ela é duvidosa. Talvez a (78) não se articule em diálogo pela presença da conjunção tanto que e a (72) pela presença do você que remete ao interlocutor. Assim fica estranho dizer merece críticas para si mesmo.

#### e) FOCALIZAÇÃO COM É QUE

81. É que o carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.

82. É que você vive se queixando. Aliás, merece críticas.
83. É que as duas alternativas, aliás não excludentes, empobrecem o debate.
84. É que viver melhor é uma idéia ótima. Essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.
85. É que em Aquidauana pescam com flecha. Aliás, aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
86. É que faltou à reunião. Aliás, foi visitar o professor aposentado.
87. É que está calor. Aliás, isso aqui é um inferno.
88. É que o calor era tanto que, aliás, o sol torrava os meus miolos.
89. É que o consumidor controla os preços. Aliás, em favor do próprio bolso.
90. É que o que se pode dizer das línguas, guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, é uma abstração.

Em (e) temos a focalização com "é que". Só é possível a focalização em X e não afeta o sentido da forma X aliás Y.

Vimos, então, que nos enunciados da forma X aliás Y: a interrogação não incide sobre a relação X aliás Y, a interrogação só incide sobre X ou Y; pelo critério da negação, em nenhum exemplo ela alcança os dois enunciados; já pelo critério da articulação no diálogo somente o exemplo (8), quando articulado em diálogo em (78), e a (72) não são possíveis. A focalização com 'é que' não alcança de forma nenhuma os dois

enunciados. Fica claro, então, que por estes critérios na estrutura X aliás Y, X e Y são enunciados independentes.

f. INVERSÃO

- 91(?) Aliás, o carnaval é uma porcaria. A porcaria mais gostosa do mundo.
- 92(?) Aliás, você vive se queixando. Merece críticas
- 93(?) Aliás, viver melhor é uma idéia ótima. E essa é a proposta básica de Cláudia.
- 95(?) Aliás, em Aquidauana pescam com flecha. Aqui dá mais peixe que estrelas no céu.
- 96(?) Aliás, está calor. Isso aqui é um inferno.
- 97(?) Aliás, faltou à reunião. Foi visitar o professor aposentado.
- 98(?) Aliás, o calor era tanto que o sol torrava os meus miolos.
- 99(?) Aliás, o consumidor controla os preços. Em favor do próprio bolso.
- 100(?) Aliás, o que se pode dizer das línguas, guarda das as proporções, se pode dizer dos dialetos. A língua é uma abstração.

Nesta construção os exemplos que testamos encontram-se em ordem inversa: o "aliás" aparece no início das orações e essa construção não é possível em nenhum exemplo.

## Conclusões a partir da aplicação dos critérios

### em 'p aliás q'

A convivência com certas conjunções indica para um uso adverbial do aliás. Suspeita-se isso nos testes com 'por isso', e 'e'. No teste com a conjunção chegamos a suspeitar que o "aliás" começa a substituir a conjunção. O exemplo (30') mostra tanto o fato de o aliás estar se apresentando como conjunção como o fato de o "por isso" ser um conjuntivo constituído de preposição e anafórico. A comparação com 'felizmente' acentua um uso conjuntivo. Já os testes de interrogação, negação, focalização com 'é que' e articulação no diálogo, indicam a independência sintática, da forma 'p aliás q'. Entretanto, vale lembrar que a interrogação 'p' em (51a) provoca um problema de ambigüidade. E, a negação de 'p' em (61) levanta a hipótese de que em (1) ocorre a polifonia. E não é possível a inversão de 'p aliás q'. O aliás exige algo antes. Por outro lado, o aliás acompanhado do mas, mostra que a avaliação do locutor não opõe as orações porque em nenhum exemplo isso pode ocorrer.

Apresentamos a seguir o quadro do resultado da aplicação dos critérios e testes que poderá ser interpretado a partir da seguinte convenção:

\* quando o alcance do critério não envolve os dois enunciados e só incide sobre um elemento.

? quando é impossível ou não aceitável.

P quando é possível.

QUADRO DO RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS E TESTES EM 'X ALIÁS Y'

ENUNCIADOS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
CRITÉRIOS										
'ALIÁS' ACOMPANHADO DA CONJUNÇÃO 'e' 'X e aliás Y'	P	?	P	P	P	?	P	?	?	?
'ALIÁS' ACOMPANHADO DA CONJUNÇÃO 'por isso' 'X, por isso aliás Y'	?	P	?	?	?	P	?	?	?	?
'ALIÁS' ACOMPANHADO DA CONJUNÇÃO 'mas' 'X mas aliás Y'	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
'ALIÁS' ACOMPANHADO DO ADVÉRPIO 'Felizmente' 'X aliás Y'	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
'X, felizmente aliás 'Y'	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?
'X felizmente Y'	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
INTERROGAÇÃO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
NEGAÇÃO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ARTICULAÇÃO NO DIÁLOGO	P	?	P	P	P	P	P	?	P	P
INVERSÃO	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?

## 2. O MORFEMA ALIÁS: ABORDAGEM ARGUMENTATIVA INICIAL

Neste capítulo apresentaremos as hipóteses iniciais sobre o aliás formuladas por Ducrot e outros<sup>(1)</sup> (1980b).

Este texto assenta-se na hipótese de que "o morfema aliás corresponde a uma só entidade lingüística" (Ducrot, 1980b: 194).

O estudo do aliás começa distinguindo os enunciados das proposições. Considera-se que um enunciado "exprime uma ou mais proposições" (Ducrot, 1980b: 193). A proposição não é vista como um segmento de frase ou proposição gramatical, mas como "uma entidade puramente semântica".

Como diz Ducrot "as letras P, Q e r simbolizam os elementos semânticos (conteúdos semânticos) articulados pelos operadores argumentativos" (Ducrot, 1980b: 193). P e Q funcionam como argumentos e o r como conclusão. Ducrot observa que

"os elementos semânticos podem ser de diversas naturezas: proposições, atos ilocucionais e atos de enunciação. Mas tais elementos são distintos dos enunciados por meio dos quais nós os indicamos (Ducrot, 1980 b: 193).

Em termos notacionais o conteúdo expresso pelo enunciado é simbolizado entre parênteses (P), (Q) e (r). A análise que Ducrot realiza em

"Eu não vou alugar esta sala(r): ela é muito cara(P), aliás ela não me interessa(Q)".

(Ducrot, 1980b: 195)

apresenta os seguintes pontos:

"O locutor visa uma conclusão (r); dá para esta conclusão o argumento (P), que a justifica. E num segundo movimento discursivo, acrescenta o argumento (Q) com a mesma direção de (P). Como (P) por si só já conduz a (r), (Q) se apresenta como não necessário para a argumentação. O locutor pretende, então, não utilizar (Q), mas somente evocá-lo".

(Ducrot, 1980b: 195)

## I. A ORGANIZAÇÃO DO ENUNCIADO

Para realizar esta análise Ducrot considera que um esquema semântico subjacente nem sempre corresponde completamente à sucessão dos elementos enunciados na superfície. Por isso é preciso considerar que:

- (a) não é necessário que o aliás seja precedido de dois enunciados representando respectivamente a conclusão (r) e o primeiro argumento (P).
- (b) os enunciados introduzidos pelo aliás podem dar bem outras indicações que as que constituem os elementos P, Q, e r - indicações suplementares que podem entrar em organizações semânticas diferentes.

(c) o que se pode dizer no que se refere à superfície é que o aliás rege sempre um enunciado que chamamos Y - eventualmente reduzido a reticências e que aliás Y é precedido por um enunciado que chamaremos X (em que Y pode estar encaixado).

(Ducrot, 1980b: 195-6)

O aliás, portanto, aparece em organizações semânticas diferentes. Um dos exemplos dados para ilustrar (c) é o seguinte:

A) A sala é muito cara (X)

B) Aliás, ela não me interessa (Y)

(Ducrot, 1980b: 196)

Nas organizações semânticas Ducrot nota que "a necessidade de um 'antes' discursivo distingue o aliás de morfemas que em alguns casos específicos, são utilizados como interjeições em resposta a uma determinada situação" (Ducrot, 1980b: 196). Enfatiza ainda que não se pode começar um discurso com aliás. Além disso Ducrot lembra que numa conversa se pode dizer no início de um turno um conjunto de expressões (em língua francesa, os exemplos aditados são eh bien, décidément, mais, quand même) de que estão excluídas expressões como o aliás.

Fica em relevo pois que "salvo alguma indicação contrária explícita" (Ducrot, 1980b: 196) Ducrot trabalha sobre a hipótese de que "o elemento semântico P é dado pelo "antes"

discursivo (X) e que (Q) é dado por (Y)" (Ducrot, 1980b: 196).

## II. Q TEM UM VALOR ARGUMENTATIVO

Para Ducrot "o elemento (Q) tem sempre um valor argumentativo" (Ducrot, 1980b: 197). Isto ocorre porque "o aliás é impossível num contexto não argumentativo" (Ducrot, 1980b: 197). Ducrot, inclusive, dá um exemplo muito interessante, apoiado numa receita culinária em que numa lista de produtos de base a serem utilizados, acrescenta-se canela. A canela acrescentada à lista pode ser introduzida por meio de além disso e aliás, neste caso, é impossível ou produz significação diferente. Então, o aliás não dá a idéia de acréscimo como o além disso. Por meio do aliás a possibilidade de acrescentar a canela é uma vantagem suplementar do prato.

O caráter argumentativo do aliás é explicado pela impossibilidade de ser substituído por entre parênteses e diga-se de passagem. O exemplo a seguir caracteriza bem a diferença:

"A entra no escritório de B e diz:  
Diga-se de passagem, seu escritório está bem  
enfumaçado" (Ducrot, 1980b: 197).

Ducrot compara o exemplo dizendo:

"Para que o aliás seja possível nesta situação (...) A recusa-se em permanecer no ambiente (r) alegando um pretexto qualquer (P) ao qual acrescenta uma segunda razão (Q): aliás, seu escritório está enfumaçado"

(Ducrot, 1980b: 197)

### III. ARGUMENTO INTRODUZIDO PELO ALIÁS E ARGUMENTO PRECEDENTE

O argumento introduzido pelo aliás junta-se sempre a um argumento ou conjunto de argumentos. Assim, o enunciado (Y) regido pelo aliás apresenta um argumento (Q) que se junta a um argumento anterior (P). (P) e (Q) constituem dois julgamentos completos separáveis um do outro e (Q) é um argumento suplementar (Ducrot, 1980b: 197-198). E, ainda, "não basta que P e Q sejam expressos por proposições gramaticais distintas" (Ducrot, 1980h: 198). É por isso que o aliás não pode reger uma relativa restritiva que faça o papel de (Y)" (Ducrot, 1980b: 198) como em "As crianças - que - aliás - estavam - com sono foram dormir" - no sentido de essas crianças que estavam com sono (Ducrot, 1980b: 198). O aliás é possível numa relativa explicativa como em "as crianças (que aliás estavam com sono) foram dormir" (Ducrot, 1980b:198). Note-se que os parênteses são nossos, para enfatizar a relativa explicativa. Ducrot caracteriza "a independência semântica de (P) e (Q) como acompanhada de uma independência lógica" (Ducrot, 1980b: 198). É por isso que "não podemos inserir aliás dentro de (Y) se (Y) exprime apenas uma pressuposição

ção de (X)" (Ducrot, 1980b: 198). Podemos verificar um efeito esquisito na relativa de "Pedro, que aliás é casado, não me apresentou sua mulher" (Ducrot, 1980b: 198). Já o aliás é possível se a relativa Y exprime mais que a pressuposição de X como em "Pedro, que aliás é casado há pouco, não me apresentou sua mulher" (Ducrot, 1980b: 198).

Levando em conta as questões da relação entre o aliás e as relativas se poderia discutir a natureza adverbial ou conjuntiva do aliás. Com a relativa explicativa, talvez se ja possível levantar a hipótese de que o aliás esteja funcionando como advérbio. Mas no caso da relativa restritiva que e aliás não combinam, o que poderia levar à conclusão oposta.

Ducrot acrescenta uma terceira condição como necessária: "a independência argumentativa de (P) e de (Q)" (Ducrot, 1980b: 198). Essa condição pode ser explicada assim: "não é a junção de (P) e (Q) que sustenta a argumentação à base de uma aliança, mas sim, cada um dos termos isoladamente" (Ducrot, 1980b: 198). No exemplo a seguir, isso fica mais claro.

(?) "Eu vou ficar ensopado (r), eu creio que vai chover (P) e aliás eu não tenho guarda-chuva (Q)".

(Ducrot, 1980b: 198)

O exemplo em questão mostra que para P e Q sustentarem a conclusão "Eu vou ficar ensopado (r)", eles têm que funcionar como um único argumento no conjunto para (r). A inaceitabilidade da frase dá-se justamente pela razão dos argumentos funcionarem em bloco. Então isso direciona a análise para o fato de que os argumentos P e Q têm que ser independen

tes um do outro. É isso que ocorre com o enunciado a seguir no qual P e Q são independentes enquanto argumentos:

"Eu não vou ficar ensopado (r), eu não creio que vá chover (P) e aliás eu tenho guarda-chuva (Q)".

(Ducrot, 1980b: 199)

A tese de Ducrot não implica, além disso, que

"o que precede geograficamente o aliás no texto exprima toda a argumentação (P) à qual (Q) se junta. Pode acontecer que aliás (Y) suceda imediatamente o enunciado da conclusão (r). O (P) está, então, no domínio do implícito". (Ducrot, 1980b: 199).

No exemplo que segue verificamos isso:

"Eu não te contarei (r). Aliás, isto não te interessa (Q). (Ducrot, 1980b: 199).

O exemplo mostra que o que antecede o enunciado com aliás é o enunciado da conclusão (r). Isto não impede de modo algum a existência de um argumento (P). Assim, segundo a análise de Ducrot,

"a presença do aliás implica a idéia de que o locutor tem, além de Q, pelo menos uma outra razão P para não contar. Isto traduz bem a diferença de sentido entre o enunciado com aliás e o enunciado sem aliás, já que este último não implica absolutamente a existência de uma outra razão" (Ducrot, 1980b: 199).

Portanto, P está no domínio do implícito. "Não te interessa saber" é um argumento para não contar e existe uma razão (P) que não aparece, para não contar.

Nesta análise Ducrot começa a delinear uma explicação para a não-linearidade do discurso. Ao dizer que em "Eu não te contarei (r). Aliás isto não te interessa (Q)" o locutor tem além de (Q) outra razão (P) de não contar. Ducrot começa, então, a mostrar como se dá o esquema de representação que o locutor faz.

Num outro exemplo, a estrutura argumentativa que se apresenta no argumento introduzido pelo aliás "constitui uma prova, prova à qual se faz alusão na estrutura anterior (Ducrot, 1980b: 199). O exemplo:

"Eu sei que Júlio veio. Aliás, os cinzeiros estão cheios". (Ducrot, 1980b: 199)

revela que o argumento introduzido pelo aliás é complementar na medida em que não é ele que permite dizer Eu sei. Então o enunciado acima lê-se assim:

"Júlio veio (r). Eu tenho uma prova (P) aliás os cinzeiros estão cheios" (Q).

(Ducrot, 1980b: 199)

Se é assim, a existência do argumento P é revelada pela presença do aliás. O aliás dá um "estatuto linguístico" a um subentendido ligado em geral à asserção. Assim "o su jeito assertante subentende que sua fala é autorizada, isto é, que ele tem razões suficientes para afirmar o que afirma" (Ducrot, 1980b: 202). Isso é apresentado deste modo:

"Em X aliás Y, X dá, não um argumento P, mas uma conclusão r, e Y um argumento Q para esta conclusão" (Ducrot, 1980b: 200).

Há, portanto, um movimento ocasionado pelo P de que o aliás tem necessidade que se pode descrever

"seja como a autoridade que o destinatário, segundo o enunciador, deve reconhecer à enunciação de X, seja como o conjunto de argumentos que, sempre segundo o enunciador, o autoriza a realizar esta enunciação"

(Ducrot, 1980b: 200)

Pode-se observar tal movimento num exemplo em que um professor diz ao pai do aluno:

"Seu filho não trabalha (r). Aliás, eu o puni nesta manhã (Q)" (Ducrot, 1980b: 200).

Ducrot analisa o presente exemplo assim:

"Ao dizer aliás o professor faz duas coisas: 1. Ele apresenta a punição (Q) como um índice suplementar do mau trabalho do aluno (r); 2. Faz compreender que seu primeiro julgamento (r) é autorizado por razões (P) que ele não dá, o que não significa dizer que, segundo ele, sua enun<sup>u</sup>ciação de X deve se apresentar autorizada para o destinatário e constituir para este último como argumento por si só" (Ducrot, 1980b:200).

Continua a análise e para eliminar o contra-exemplo aparente constituído pela ausência de P recorre à lei geral que governa a asserção. Diz que "o aliás pressupõe a existência de um P, que ele por assim dizer fabrica" (Ducrot, 1980b: 201). Isso permite explicar um fato distribucional relativo à conjunção e. Em

a) Eu não te contarei. E aliás isso não te interessa.

b) (?) Eu não te contarei. E isso não te interessa.

(Ducrot, 1980b: 201).

Segundo Ducrot "a impossibilidade de (b) explica-se em virtude de e não poder encadear uma conclusão e um argumento, mas somente duas conclusões ou dois argumentos" (Ducrot, 1980b: 201). Já em (a) "o aliás dá a entender a existência de um P mesmo quando não é formulado" (Ducrot, 1980b:201).

A impossibilidade de (b) cria um problema para Ducrot, porque se há uma lei geral que cria P e permite dizer aliás Q em (a), essa lei também deveria valer para o exemplo (b) no caso do emprego do e.

Ducrot responde à objeção afirmando que o

"aliás tem uma função - que o e não tem de explorar a obrigação geral de crer ligada à asserção, e derivar dela a existência de argumentos determinados. Em outras palavras o aliás dá um estatuto lingüístico a esses elementos que são simplesmente subentendidos pela lei da asserção"

(Ducrot, 1980b: 201)

É por isso que a presença do aliás permite encadeamentos a partir deles e do emprego do e. Esta característica aproxima o aliás de um "marcador de lei do discurso" (J. C. Anscombe, 1977). Isso é assim explicitado:

"Se certas condições situacionais estiverem reunidas, isso obriga a utilizar uma lei de discurso para derivar do sentido primitivo, de um enunciado, um sentido segundo"(Ducrot, 1980b: 202).

Para Ducrot, isso pode ser exemplificado com

"Você pode abrir a janela"?

(Ducrot, 1980b: 202)

em que, esse enunciado, "em certas condições deve ser lido como uma ordem e não uma pergunta" (Ducrot, 1980b: 202). Esses marcadores permitem encadear sobre o segundo sentido, que é uma propriedade que o aliás tem.

#### IV. ARGUMENTOS CO-ORIENTADOS

Segundo a hipótese de Ducrot, o "argumento Q está sempre co-orientado com o argumento P" (Ducrot, 1980b: 202). Isso se verifica se substituirmos Q por não -Q:

(?) "Não é necessário alugar esta sala: ela é muito cara, aliás ela não me interessa" (Ducrot, 1980b: 202).

Salvo se "o locutor subentende que sua própria satisfação é, para seu destinatário, uma razão de não alugar a sala" (Ducrot, 1980b:202). O enunciado será aceito se o aliás for substituído por mas.

Vejamos um outro exemplo em que o argumento P é co-orientado com o argumento Q não sendo possível a substituição de Q por não -Q.

"M. Carter dispõe de um arsenal legislativo impressionante (r) ele está em condições de impor aos dois partidos uma arbitragem obrigatória (P<sub>1</sub>) (...) Ele pode igualmente aplicar uma cláusula da Lei Taft-Hartley (P<sub>2</sub>) (...) Ele pode enfim operar uma tomada provisória das minas (P<sub>3</sub>), essas duas últimas soluções podendo, aliás, combinar-se (Q)!

(Ducrot, 1980b: 202)

Um enunciado com a negação de Q seria impossível de ser aceito. Pode-se dizer que o encaixe do mas seria possível com a substituição de Q por não -Q. Isso ocorre porque os argumentos (P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>) são co-orientados com o argumento introduzido pelo aliás.

Além de servir de exemplo para o fato de os argumentos P e Q serem co-orientados, isto leva Ducrot a concluir que:

"de forma geral mas e aliás têm duas funções contrárias: a primeira opõe dois argumentos: a segunda os conjuga" (Ducrot, 1980b: 203)

Há ainda uma observação de Ducrot que se refere ao mas e aliás combinados. Com isso Ducrot concebe duas argumentações diferentes no interior de um mesmo enunciado como mostra no exemplo de um texto do Le Monde em defesa do PCF:

"Nous avons reconnu que des retards avaient existé il y a quelque vingt ans et pendant quelques années. Retard pendant un temps sur une question, retard rattrapé depuis plusieurs années, oui. Retard général, nom. Mais d'ailleurs toutes ces criailleries sur notre prétendu retard n'ont-elles pas pour objectif de masquer notre place d'avant-garde sur la question des femmes comme sur les autres?"

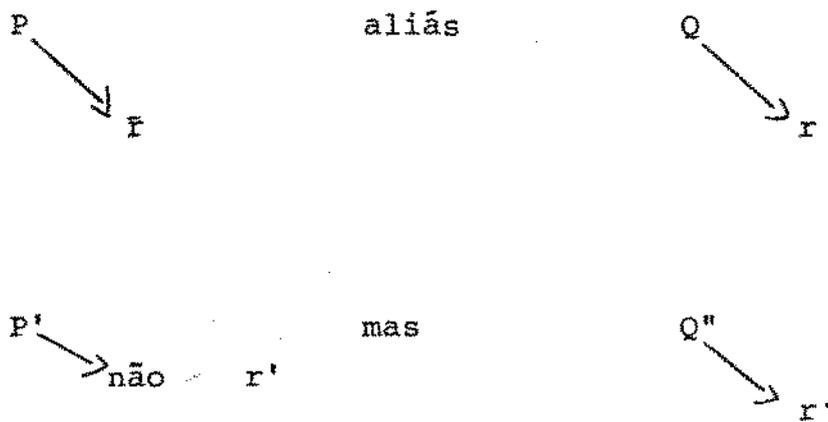
(Ducrot, 1980b: 203)

Duas argumentações ocorrem nesse enunciado. Em relação ao aliás o argumento antecedente é o enunciado X: atraso geral, não. Esse enunciado vai no mesmo sentido do enunciado Y: os censores do atraso são motivados por uma vontade de descrédito. Então X e Y são co-orientados para justificação da política do PCF; já no caso do mas não é o enunciado antecedente que está em questão, mas todo o conjunto do texto precedente, o ato de discutir a crítica, isto é, de um "dizer" e não um "dito" (Ducrot, 1980b: 204). Como isso sugere a conclusão de que as críticas não são sérias, "tal conclusão é combatida pelo enunciado seguinte que desqualifica essas críticas" (Ducrot, 1980b:204). Como sugere Ducrot, a representação dessa situação abstrata pode ser:

X e Y designam os segmentos discursivos que seguem e antecedem o mas aliás. P e Q são as entidades semânticas, isto é, os argumentos articulados pelo aliás e r a conclusão comum. Por outro lado P' e Q' são os argumentos articulados por mas: r' será a conclusão de Q' e não -r' será a de P'".

(Ducrot, 1980b: 204)

A estrutura argumentativa da situação é:



#### V. O MOVIMENTO DISCURSIVO QUE OCORRE EM Q

Uma outra questão tratada é a do movimento discursivo que ocorre em Q. Ocorre que "o locutor, ao dizer aliás Y, apresenta primeiramente o argumento P e o argumento Q é apresentado após, como uma generosidade" (Ducrot, 1980b:206) do locutor. Nesse aspecto, P e Q em "P aliás Q" são analisados como argumentos que aparecem em enunciados autônomos. As observações de Ducrot sugerem uma análise que se constitui em considerar que "a dualidade de movimentos argumentativos é revelada pela dualidade de enunciações" (Ducrot, 1980b:206). Des

se modo o fato de X e Y serem enunciados autônomos é analisado dentro de um quadro que vê a enunciação de X como um ato completo e a enunciação de Y como um segundo ato que se junta a X. Há, portanto, "dois engajamentos sucessivos e independentes do locutor: um relativo a X e outro a Y" (Ducrot, 1980b:206). Q se apresenta num segundo movimento discursivo. Em relação a esse quadro de análise, Ducrot apresenta quatro indícios cujas constatações considera suplementares às já feitas.

O primeiro indício verifica-se num teste distribucional e pode ser reconhecido assim:

"Se o enunciado X é afetado por uma marca assinalando que será seguido de Y, então Y não pode ser regido pelo aliás" (Ducrot, 1980b: 207).

A presença, por exemplo, de não somente que anuncia um mas, força a suprimir o aliás. Veja-se a impossibilidade de

(?) "A sala é não somente muito cara, mas aliás ela não me interessa"

(Ducrot, 1980b: 207)

O mesmo ocorre em "A sala é em primeiro lugar muito cara e em seguida, aliás ela é muito grande" (Ducrot, 1980b: 207) em que em primeiro lugar anuncia em seguida.

Já uma observação de caráter sintático e distribucional pode sustentar "a idéia de que dois argumentos articu

lados pelo aliás sejam dados dentro de dois movimentos enun-  
ciativos diferentes" (Ducrot, 1980b: 209). Fica difícil di-  
zer "Não é possível que isso seja caro e aliás esnobe"  
(Ducrot, 1980b: 209). O enunciado seria possível se suprimis-  
semos o aliás ou se o substituíssemos por além disso. Nessa  
estrutura o encaixe do aliás não é possível porque não há  
dois atos de enunciação distintos.

Um terceiro indício é a constatação do fato de "X  
e Y poderem ser marcados para atos de fala diferentes"(Ducrot,  
1980b:209). Isso pode ser observado em encaixes de ordem-per-  
gunta, ordem-afirmação, promessa-afirmação e pergunta-afirma-  
ção. Vejamos dois dos exemplos que Ducrot cita:

(1) Deixe-me tranqüilo! Aliás, você fez  
os seus deveres?

(2) Cale-se! Aliás, ninguém te pergun-  
tou nada.

(Ducrot, 1980b: 209)

A respeito das marcas ilocucionais Ducrot faz uma  
generalização: "o aliás liga sempre duas enunciações separa-  
das mesmo quando elas são tipos ilocucionais idênticos e a  
dualidade de enunciações não é diretamente detectável"  
(Ducrot, 1980b: 210). Na verdade o autor diz que X aliás Y  
"não é uma única asserção de duas proposições como um blo-  
co" (Ducrot, 1980b: 210). Isso se justifica pela impossibili-  
dade de encaixe de uma negação e interrogação. O lingüista  
justifica a generalização comparando o aliás com a conjunção  
e. Numa primeira característica - C1 - não se pode utilizar  
o e como conectivo quando X e Y têm marcas ilocucionais dife

rentes. Na segunda característica -  $C_2$  -, e pode agregar os enunciados de forma que sejam uma única enunciação em bloco. Assim, conclui: o aliás tem as propriedades não  $C_1$  (pode ter marcas ilocucionais diferentes) e não- $C_2$  (agrega enunciados de enunciações diferentes).

Isso permite estabelecer uma simetria entre aliás e e:

"da mesma forma que uma conjunção incapaz de ligar enunciados com marcas ilocucionais diferentes pode agregar numa só enunciação os enunciados que ela liga, inversamente uma conjunção capaz de ligar enunciados de marcas ilocucionais diferentes não agrega jamais numa só enunciação os enunciados que ela liga e respeita sempre a dualidade das enunciações. (Ducrot, 1980b: 211).

Um quarto indício de dualidade das enunciações com aliás é a possibilidade de ruptura do quadro enunciativo. P e Q podem não ser endereçados à mesma pessoa como se vê em:

"Vossa Excelência está em vias, senhor primeiro ministro, de ganhar a batalha do franco. Contra seus prognósticos, aliás, senhores da oposição" (Ducrot, 1980b:211).

Assim "as expressões 'destinatário' ou 'pessoa a quem se endereça' designam duas funções lingüísticas que o enunciador impõe a este ou aquele de seus interlocutores" (Ducrot, 1980b:211). No exemplo acima o locutor endereça o

que diz ao primeiro ministro e através do aliás faz um parêntese endereçado a outras pessoas.

Uma segunda forma de ruptura do quadro enunciativo é a mudança do locutor. "Às vezes, é o locutor real empírico que muda" (Ducrot, 1980b: 212), como em:

"A se endereça a B e diz: Eu estou atrasado dessa manhã. E C se intromete na conversação e diz: Não é a primeira vez, aliás". (Ducrot, 1980b: 212).

Nessa conversa, embora "Q" seja dito por outro locutor prende-se a "P". Então o locutor A é responsável por "P" e o locutor C por "Q". Tanto "P" quanto "Q" nos mostram que A atrasa sempre.

Já no exemplo que segue, temos o mesmo locutor real que diz X aliás Y, embora a escolha do enunciador de Q não coincida com o locutor de Q.

"A lingüística americana moderna parece-lhe poder ser rejeitada em bloco: não há um único fato da língua observável em toda obra de Chomsky (P) que aliás ele provavelmente não leu (Q)" (Ducrot, 1980b: 212).

Ducrot considera "que o locutor só é enunciador da incisa introduzida pelo aliás" (Ducrot, 1980b: 212).

Uma última forma de ruptura do quadro enunciativo ocorre quando "o locutor contesta por meio de Y a base implícita sobre a qual repousa X" (Ducrot, 1980b: 212). Ducrot dá um exemplo do arquiteto Bofill:

"Penso que não se pode fazer uma arquitetura de subúrbio em Halles. (P) Nem em subúrbios, aliás (Q)". (Ducrot, 1980b: 213).

A adição de Q é explicada "se admitirmos que o enunciado precedente subentende o direito de fazer uma arquitetura de subúrbios em outro lugar que não Halles" (Ducrot, 1980b: 213). Em P, Bofill "não diz nada contra esse direito" (Ducrot, 1980b: 213). Por meio do aliás contesta o que está implícito, "atestando-o pela negação que ele lhe opõe" (Ducrot, 1980b: 213).

O locutor pode também realizar a ruptura do quadro enunciativo por uma transformação vocabular:

"Todas as mulheres do meu teatro são parecidas (P). Aliás, delas eu só tenho uma" (Q) (Ducrot, 1980b: 213)

No exemplo, mulheres tem um sentido (refere-se às mulheres heroínas do teatro) e uma que é anafórico de mulheres, tem um sentido diferente pois refere-se à mulher "companheira". Isso faz com que P e Q não sejam contraditórios.

## VI. Q APRESENTADO COMO NÃO NECESSÁRIO PARA A ARGUMENTAÇÃO

Segundo Ducrot o argumento Q é apresentado "como não necessário para a argumentação" (Ducrot, 1980b: 214). Ele salienta que "esta característica é uma consequência da precedente" (Ducrot, 1980b: 214), que acabamos de tratar. Com essa forma de utilizar o argumento Q,

"o locutor deixa entender que ele poderia se contentar com P para concluir r mas que apresenta Q como brinde"

(Ducrot, 1980b: 214)

Um exemplo para ilustrar o caráter não indispensável de Q é dado a partir de utilizações jurídicas num julgamento apresentado na França:

"O tribunal,

Considerando que V ...

que V' ...

que V''...;

Considerando que W ...

que W' ...

que W''...;

...;

Decide Z

Como afirma Ducrot "o aliás pode ser inserido numa das divisões dos considerandos acima, geralmente a última". (Ducrot, 1980b:214-215). Nessa perspectiva, Ducrot compara o argumento Q ao do camelo, porque o argumento introduzido pelo aliás não é, no caso do julgamento, uma prova. Isto pode ser visto também num exemplo de ordem jurídica sobre a revista Tricontinental:

"A difusão na França de uma revista foi interdita, o editor francês François Maspero publicou na França uma versão francesa na esperança de escapar de legislação

de difusão de revistas estrangeiras. A revista foi interdita, e esta decisão, atacada por Maspero foi confirmada pelo Conselho de Estado. Um dos considerandos visa a estabelecer a identidade entre a publicação francesa e a publicação cubana mostrando que elas têm o mesmo título e a mesma apresentação, e que os artigos franceses são quase na totalidade traduções dos artigos cubanos que "aliás (Maspero) declarou expressamente na revista nº 1 de edição francesa que esta reproduziu os textos mais importantes, integrais e sem modificações da edição cubana que..." (Ducrot, 1980b:215).

Os argumentos não introduzidos pelo aliás, descrevem características da revista e o argumento introduzido pelo aliás acrescenta um dizer do editor. Ducrot explicita mais claramente, como segue, o valor dos argumentos:

"Os primeiros argumentos constituem as provas de valor jurídico; a declaração de Maspero que, feita na ocasião do lançamento da revista poderia ser apenas publicitária, não pode fundamentar a decisão do juiz. Simplesmente se junta aos outros argumentos e acrescenta à argumentação jurídica o apoio do bom senso. Maspero se coloca mal na sua queixa e o que diz pode ser contra ele mesmo"

(Ducrot, 1980b: 215)

Isso poderia levar a pensar que o argumento Q simplesmente se acrescenta aos outros argumentos. Mas Ducrot, com o fim de evitar mal entendidos sobre o caráter não indispensável de Q, acrescenta:

"Em primeiro lugar é preciso distinguir de um lado os interlocutores empíricos e de outro as imagens das pessoas construídas na instância do discurso" (Ducrot, 1980b: 217).

O caráter dispensável de Q é descrito, já nessa análise, num quadro de construção dos interlocutores. Para se ter uma idéia, digamos que o locutor considere que o seu destinatário tenha reações diferentes diante de P e de Q. Por meio do aliás é possível que o argumento utilizado pelo locutor seja uma atribuição a um destinatário que pode ser o destinatário a quem é endereçado Q, por exemplo. Por isso mesmo, nesse quadro é possível explicar o caráter não indispensável de Q bem como o fato de P e Q estarem no mesmo nível numa escala argumentativa. Não cabe a P, portanto, a maior força da argumentação. É preciso considerar que, às vezes, o locutor considera P como suficiente para r. Entretanto ele apresenta Q porque o interlocutor não tem a mesma atitude diante de P. E Q, pode assim, ser não indispensável.

Vejamos um exemplo em que P e Q são co-orientados e conduzem por caminhos diferentes para a mesma conclusão. É o caso de um vendedor tentando corromper o ministro da defesa:

"Aceite nossos aviões (r). Eles são indispensáveis à defesa do país (P). Aliás nossa empresa sabe se mostrar reconhecida com os intermediários (Q)" (Ducrot, 1980b:218).

A co-orientação dos argumentos acontece de forma que P e Q são endereçados a um mesmo destinatário empírico, mas o locutor através de Q faz, por outro lado, outras hipóteses sobre as disposições do destinatários". (Ducrot, 1980b:218).

Outra observação que Ducrot acrescenta sobre a característica de Q como argumento não necessário para r é o fato de que "Q poderia ser entendido como argumento mais fraco" (Ducrot, 1980b:219). Sobre isso é importante dizer que "não se trata de comparar a força de P e de Q. Eles são direcionados para a mesma conclusão r e se situam em espaços argumentativos diferentes" (Ducrot, 1980b:219).

O que se disse, no entanto, "não implica que aliás Y seja inútil para a interpretação do discurso" (Ducrot, 1980b:219). Pelo contrário, Q "pode desempenhar um papel insubstituível". (Ducrot, 1980b:219). Em

"Não venha me ver essa noite. Eu não estarei em casa (P) Aliás minha mulher não estará mais".

Não se trata, de considerar aliás Y como inútil; o locutor num primeiro momento apresenta X como suficiente para o destinatário tirar a conclusão "Inútil vir em casa". Por meio do aliás Y o locutor "constrói um destinatário e se

revisa dando-lhe outro motivo muito mais direto" (Ducrot, 1980b:220). Um outro mecanismo interpretativo de conclusão visada por P pode-se ver em:

- Dê-me um Gitanes.
- Eu não posso dar (r) Eu não tenho (P).  
Aliás, eu não vendo cigarros (Q).

Como se observa, P seria suficiente para r, mas o locutor por meio de Q evita o pedido de uma série de outras marcas de cigarro.

#### VII. PROCEDIMENTO DE PRETERIÇÃO

Nessa perspectiva, o trabalho empreendido por Ducrot toma uma direção que "aproxima o morfema 'aliás' de diferentes expressões pelas quais se realize o procedimento retórico da preterição". (Ducrot, 1980b:221). Ducrot explicita tal procedimento dizendo que "de forma geral a preterição permite ao enunciador dizer Z através de um discurso destinado explicitamente a desvencilhar-se de um modo ou de outro da responsabilidade de dizer Z" (Ducrot, 1980b: 221). Mais especificamente "a utilização do aliás consiste numa forma de preterição argumentativa, recaindo não sobre as informações dadas, mas sobre sua utilidade na argumentação (Ducrot, 1980b: 222). Ao dizer isso, Ducrot compara o que ocorre em P aliás Q com a técnica de venda do camelô: o camelô, em primeiro lugar, faz um elogio (P) de uma dúzia de lápis que vende por dez francos e num segundo movimento discurs

sivo ele junta "E tem mais! Leve também essa caneta à tinta! (Q)" (Ducrot, 1980b: 222). Desse modo, essa 'propriedade geral do aliás permite certas manobras autorizadas pela preterição" (Ducrot, 1980b: 222) assim indicadas por Ducrot:

1. Evita ao enunciador de ter que se justificar a propósito de Q, porque ele o diz somente por acréscimo em favor de r. Q é assim subtraído à discussão.
2. Outra manobra possível: a valorização de P. Dentro da estrutura P aliás Q, P tem um valor argumentativo que não teria se Q fosse simplesmente juntado, o que poderia dar a entender que P não é suficiente".

(Ducrot, 1980b:222-223)

### 3. A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, com o estudo sobre o d'aillieurs (aliás) Ducrot e outros (1980b) apontam para a necessidade de tratar o enunciado como contendo papéis enunciativos distintos. Esta questão tem sido tratada por Ducrot (1980b-1987)<sup>6</sup> no interior do que se tem chamado Teoria Polifônica da Enunciação. Esta teoria propõe substituir a Teoria da Unicidade do Sujeito da Enunciação.

O conceito de Polifonia foi inicialmente formulado por Bakhtine para quem há textos narrativos literários que se caracterizam por neles falarem várias vozes, igualmente independentes não subsumidas pela voz do narrador (Bakhtine, 1963). Com isto Bakhtine colocou em questão a crença da unicidade do sujeito no domínio da literatura, que a Teoria Polifônica da Enunciação traz para a lingüística.

A concepção polifônica de Bakhtine vem de suas considerações da linguagem como interação social. Para ele

"Na realidade toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação à coletividade".

(Bakhtine, 1981: 113)

Uma diferença entre a teoria da Polifonia, de Ducrot, e Bakhtine, é que Ducrot trata das representações de várias

vozes no interior do enunciado e Bakhtine trata da Polifonia no texto como um todo.

Na Teoria da Unicidade do Sujeito há, pelo menos, três atribuições ao sujeito: a primeira diz respeito à atividade psico-fisiológica pela qual uma só pessoa produz o ato ilocutório; a segunda está ligada à realização dos atos ilocutórios pelos enunciados como em:

"Quem veio?"

onde se julga que há um único ato ilocutório (uma pergunta); e a terceira propriedade atribuída ao sujeito falante "é a de ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa" (Ducrot, 1987: 179).

A estas três características a teoria polifônica procura contestar. Tomemos para isso um exemplo de Ducrot (1984):

"Ah! eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar"

(Ducrot, 1987: 180)

Nela, o locutor, apesar de ter produzido as palavras e estar designado pelo eu, não se responsabiliza pela afirmação "Eu sou um imbecil". No entanto, o enunciado citado acima foi produzido por um Locutor, mas a ele não pode ser atribuída a afirmação veiculada pelo enunciado.

Nesta perspectiva Ducrot (1987) considera que os enunciados contêm diferentes representações do sujeito. E Ducrot distingue entre estas representações do sujeito "pelo menos dois tipos de personagens: os enunciad<sup>o</sup>res e os locuto

res" (Ducrot, 1987: 182). Portanto, há enunciados que apresentam uma pluralidade de responsáveis. O locutor é

"um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado".

(Ducrot, 1987: 182)

Desse modo o locutor que é designado por eu pode ser diferente do autor empírico do enunciado. É o caso por exemplo do discurso direto como em:

"Paulo diz: Maria me perguntou: Você me ajudará?"

Nesse caso, o enunciado tem "duas marcas de primeira pessoa que remetem a dois seres diferentes" (Ducrot, 1987: 185).

Temos, então, "um enunciado único com dois locutores diferentes (Ducrot, 1987: 185). O mesmo pode acontecer num outro exemplo que Ducrot dá com o nome de eco imitativo:

A: "Eu não estou bem".

B: "Eu não estou bem. Não pense que você vai me comover com isso"

(Ducrot, 1987: 185)

Neste exemplo, uma segunda pessoa retoma o que disse A. Assim no que diz B estão presentes tanto A quanto B. Há, por isso, um desdobramento do locutor, caracterizando um primeiro tipo de Polifonia.

Uma outra distinção, que Ducrot faz na Teoria da Polifonia, diz respeito ao Locutor (ser do discurso). Ele distingue o Locutor-enquanto-tal (L) e Locutor-enquanto-ser-no-mundo ( $\lambda$ ). Essa distinção fica clara no exemplo das interjeições:

"O ser a quem se atribui o sentimento em uma interjeição é L- o locutor visto em seu engajamento enunciativo. E é a  $\lambda$ , ao contrário, que ele é atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo que entre outras propriedades tem a de enunciar sua tristeza ou sua alegria (de um modo geral o ser que o pronome eu designa é sempre  $\lambda$ , mesmo se a identidade deste  $\lambda$  só fosse acessível através de seu aparecimento como L)"

(Ducrot, 1987: 188)

Já numa segunda forma de polifonia, "a representação que se dá na enunciação faz surgir vozes que não são as do locutor" (Ducrot, 1987: 192). Para caracterizar esta representação, Ducrot conceitua como enunciadores:

"seres que são considerados como se expressando através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuem palavras precisas. Se eles "falam" é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras".

(Ducrot, 1987: 192)

Esta caracterização do enunciador, no entender de Ducrot, ajuda a dar um tratamento à ironia. Eis a consideração de Ducrot sobre como se dá a ironia:

"falar de um modo irônico é para um locutor L apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação".

(Ducrot, 1987: 198)

A caracterização anterior que Ducrot fez sobre a ironia, sobretudo pela distinção entre locutor e enunciador, pode ser observada no exemplo a seguir:

"Anunciei-lhes ontem que Pedro viria me ver hoje, e vocês se recusaram a acreditar. Posso hoje mostrando-lhes Pedro efetivamente presente lhes dizer de modo irônico: vocês vêem, Pedro não veio me ver".

(Ducrot, 1987: 198)

O locutor, neste exemplo, não é responsável pelo ponto de vista de onde se diz Pedro não veio me ver. Nesta enunciação temos a assimilação do enunciador ao alocutário. Assim, "Pedro não veio me ver" é dito mas não é assumido pelo locutor.

Também o fenômeno da negação é descrito a partir da distinção entre locutor e enunciador. Observando a negação, podemos acompanhar a mudança que Ducrot faz na sua noção de polifonia. No livro Les Mots du Discours (Ducrot, 1980b) a negação foi descrita como segue.

Tomando o enunciado como "Pedro não é gentil" considera-se que há nele dois atos ilocutórios distintos:

"O primeiro, A1, é uma asserção positiva relativa à gentileza de Pedro, o outro, A2, é uma recusa de A1. Ora, é claro que A1 e A2 não podem ser imputados ao mesmo autor. Geralmente o enunciador de A2 é assimilado ao locutor, e o de A1 a uma personagem diferente do locutor que pode ser tanto o alocutário quanto um terceiro. O locutor L que assume a responsabilidade do enunciado "Pedro não é gentil" coloca em cena um enunciador E1 que sustenta que Pedro é gentil, e um outro, E2, ao qual L é habitualmente assimilado, que se opõe a E1".

(Ducrot, 1987: 201-202)

Porém, esta tese é retomada por Ducrot (1987) em 1984 em outros termos:

"Não posso mais atribuir aos enunciadores um ato ilocutório como a afirmação - não estando os enunciadores ligados a nenhuma fala. Torna-se necessário, então, compreender A1 e A2 não como atos mas como pontos de vista opostos. No entanto, o essencial da descrição permanece".

(Ducrot, 1987: 202)

A partir desta reformulação do conceito de Polifonia, Ducrot distingue três tipos de negação:

- a. **Metalingüística:** uma negação que contradiz os próprios termos da fala efetiva, à qual se opõe. Direi que o enunciado negativo responsabiliza, então, um locutor que enunciou seu positivo correspondente. (É esta negação metalingüística que permite, por exemplo, anular os pressupostos do positivo subjacente, como é o caso em "Pedro não parou de fumar, de fato ele nunca fumou na sua vida").
  
- b. **Negação Polêmica:** em que o locutor de, por exemplo, "Pedro não é inteligente" assimilando-se ao enunciador E2 da recusa, opõe-se, não a um locutor, mas a um enunciador E1, de cuja perspectiva se afirma "Pedro é inteligente", que coloca em cena no seu próprio discurso e que não pode ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo. A atitude positiva, à qual o locutor se opõe, é interna ao discurso no qual é contestada.
  
- c. Como terceira forma de negação, Ducrot retoma a antiga idéia de negação descritiva, conservando, aliás, seu nome. Acrescentando, simplesmente, que a considera como um derivado delocutivo da negação polêmica. "Se posso descrever Pedro dizendo "ele não é inteligente", é porque lhe atribuo a propriedade que justifica a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica: dizer de alguém que não é inteligente, é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que legitimaria opor-se a um enunciador que tivesse afirmado que ele é inteligente".

(Ducrot, 1987: 203-204)

Além da distinção realizada até agora no quadro da Teoria da Polifonia, Ducrot pretende fornecer "de um modo mais geral, um quadro para situar em lingüística o problema dos atos de linguagem" (Ducrot, 1987: 211). Tratando de caracterizar o que na linguagem cotidiana se faz quando se diz que um enunciado manifesta um ato, Ducrot distingue os atos primitivos dos atos derivados. Vejamos como isso se coloca:

Os atos que uma personagem, identificada com o locutor, realiza pelo fato de que este locutor é assimilado a tal ou tal enunciador são chamados de atos primitivos. O ato derivado é um ato realizado pela personagem identificada ao locutor, se este ato está ligado ao fato de que o locutor, enquanto responsável pelo enunciado, escolheu colocar em cena tal ou tal enunciador - mesmo se ele não for assimilado a nenhum deles.

(Apud Ducrot, 1987: 212)

A frase interrogativa é analisada neste quadro. Ne-la há duas instruções para construir o sentido do enunciado:

- a) estes enunciados devem fazer aparecer um enunciador que exprime sua dúvida no que concerne à proposição sobre a qual incide a interrogação.
- b) quando este enunciador é assimilado ao locutor, a expressão da dúvida deve ser relida como uma pergunta, ou seja, a enunciação deve ser descrita como obrigando o alocutário a responder.

(Ducrot, 1987: 213)

Segundo Ducrot, "a partir deste valor da frase, pode-se prever duas possibilidades no que concerne aos atos ilucutórios ligados à Enunciação" (Ducrot, 1987: 213). Desse modo "haverá tanto um ato "primitivo" de pergunta, quanto um ato "derivado" - que pode ser entre outros, um ato de pedido" (Ducrot, 1987: 213).

A partir deste ponto de vista, Ducrot revê o fenômeno da Pressuposição descrito inicialmente em Dire et ne pas Dire (Ducrot, 1972). Nesta obra a pressuposição era vista assim:

"Em 'Pedro parou de fumar', Ducrot propunha ver a realização pelo locutor de dois atos, um de pressuposição, relativo ao pressuposto 'Pedro fumava anteriormente' e outro de asserção, relativo ao posto 'Pedro não fuma atualmente'"

(Ducrot, 1987: 216)

Na descrição da pressuposição no quadro da polifonia, Ducrot (1984) considera que tal fenômeno

"apresenta dois enunciadores E1 e E2, responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos, pressuposto e posto. O enunciador E2 é assimilado ao locutor, o que permite realizar um ato de afirmação. Quanto ao enunciador E1, aquele segundo o qual Pedro fumava anteriormente, ele é assimilado a um certo SE, a uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado (...) Assim, no nível dos enunciadores, não há, pois, o ato de pressuposição. Mas o enunciado se presta, entretanto, para realizar este ato, de um modo deri-

vado, na medida em que faz ouvir uma voz coletiva denunciando os erros passados de Pedro. A pressuposição entraria, assim, na mesma categoria dos atos de zombaria e concessão".

(Ducrot, 1987: 216-217)

Vimos alguns fenômenos em que para o fato do locutor não assumir os conteúdos presentes na sua fala, ele representa encenadores que se explicam pela mediação dos enunciadores.

#### 4. ESTUDOS DA POLIFONIA NO BRASIL

"É ao outro, ao Borges, que as coisas acontecem. De Borges recebo notícias pelo correio e vejo seu nome numa lista de professores ou num dicionário bibliográfico. Eu gosto dos relógios de areia, dos mapas, da tipografia do século XVIII, do sabor do café e da prosa de Stevenson. Seria exagerado dizer que nossa relação é hostil; eu vivo, ou me deixo viver, para que Borges possa tramar sua literatura, e essa literatura me justifica.

Não sei qual dos dois escreve esta página".

Jorge Luis Borges, El Hacedor,  
Buenos Aires, Emecé, 1960.

O conceito de Polifonia, nos estudos enunciativos, começou a tomar forma por volta de 1977 com os estudos que incluíam os trabalhos de Carlos Vogt. Carlos Vogt analisava a representação que se dá na linguagem a partir de diálogos do Diário de Pesquisa, de Rosa Attié Figueira. Estes diálogos ocorreram entre a mãe e sua filha, Anamaria. Vejamos um diálogo:

Anamaria: Tirei a blusa do pijama, mãe.

Mãe: (Desapontada): Ah!

Anamaria: Depois eu fico tã 'pirrando,  
né? Não é, fico tã 'pirrando,  
é resfriada, né?

(Vogt, 1980: 154)

Neste diálogo, como em outros, Vogt observava que:

"há sempre enunciados da criança que contêm um discurso citado da mãe, mesmo que este discurso não tenha sido efetivamente produzido pelo destinatário real".

(Vogt, 1980: 154)

Em outras palavras, esse é um modo de mostrar como se dá a representação de papéis na linguagem: Anamaria representa na sua fala um outro locutor.

Continuando esta caracterização, Vogt apresenta uma perspectiva em que a linguagem é vista como ação dramática como se pode ver em:

"As noções de destinatário representado e, correlativamente, de enunciador ou destinatário que se representa nos levam, como foi dito anteriormente, a reconhecer na atividade de lingüística, além das categorias locucionais falante/ouvinte e das identidades semânticas ou referenciais - enunciador/destinatário - que lhes correspondem, personagens discursivas intermediárias cuja identidade é de natureza um pouco mais complexa e cuja constituição se faz pela atribuição dos papéis que os atos de linguagem estabelecem no processo de interação verbal. É no nível pragmático que estes papéis adquirem sua força dramática e, enquanto categoria pragmática, o enunciador, longe de ter uma identidade positiva, mostra-se como uma superposição de máscaras que representam a duplicação do rosto do personagem e a tensão que se esconde atrás da aparente unidade do enunciado produzido pelo falante".

(Vogt, 1980: 160)

Atualmente, Guimarães (1987) trata da Polifonia quando estuda as conjunções<sup>(7)</sup>. Refere-se à representação do sujeito da enunciação assim:

"Consideramos que, no enunciado, há a representação de papéis diferentes do sujeito, ou seja, no próprio enunciado se apresenta a cisão fundamental do sujeito. Diremos, então, que os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Ou seja, todo enunciado contém uma dialogia interna fundamental na constituição do sentido" (Guimarães, 1987: 19).

Desse modo o estudo do lingüista Eduardo R.J. Guimarães elucidada de uma maneira interessante a forma de apreender a linguagem como interação social e apresenta uma excelente síntese ao tratamento dado à polifonia. Inclusive, faz um esforço no sentido de assumir o ponto de vista de que a enunciação pode ser tratada como um fato histórico-social. E faz isso a partir dos estudos de O. Ducrot (1984), E. Benveniste (1966-1974) e Bakhtine (1963-1981).

Nesta perspectiva Guimarães (1987) caracteriza, como segue, os papéis enunciativos:

- (a) A dupla falante-ouvinte caracteriza, simplesmente os agentes dos fenômenos físico-fisiológicos de falar e ouvir e não dizem respeito ao lingüístico, não se incluem, portanto no objeto da semântica.

- (b) Locutor/Alocutário e Enunciador/Destinatário são figuras (personagens) da enunciação linguisticamente considerada.
- (c) O locutor é aquele que se representa como eu na enunciação, representando-se internamente ao discurso, como responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado (...). O alocutário é o tu do discurso, representado enquanto correlato do locutor pelo próprio autor.
- (d) Na representação do locutor podemos distinguir dois papéis L e Lp<sup>(8)</sup>. O Locutor-L é aquele que simplesmente se apresenta como fonte de dizer. O Locutor-Lp é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. Mas julgamos que é importante considerar que Lp não pode ser visto simplesmente como a pessoa referida pelo eu ou formas de paradigma do eu. O locutor-enquanto-pessoa deve ser caracterizado social e historicamente.
- (e) Temos polifonia se a enunciação representa mais de um locutor para o enunciado (...). Um segundo tipo de polifonia é quando a enunciação representa mais de um enunciador no enunciado, mais de uma perspectiva enunciativa".

(Guimarães, 1987: 21-24)

Não é necessário retomar a formulação de Ducrot sobre a Polifonia. Sabe-se, porém, que tanto em 1980 como em 1984 Ducrot não inclui em suas análises o locutor-enquanto-pessoa-no-mundo constituído socialmente.

Tentarei, a seguir, examinar uma seqüência textual, considerando os conceitos que apresentei e a abordagem de Guimarães (1987).

Optei por trabalhar em cima de uma seqüência textual retirada de uma entrevista concedida à Revista Veja pelo Advogado José Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Num primeiro momento, farei uma análise intuitiva do texto em questão, sem uma preocupação metodológica. Considere-se, pois, a citação do trecho escolhido:

"VEJA - Quem está de fora tem a sensação de que os trabalhos da Constituinte se processam de uma forma caótica. Por que acontece isso?

CABRAL - É uma avaliação equivocada. Ocorre que, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, os constituintes partiram de um ponto zero, rigorosamente do nada. Não havia um esboço de constituição previamente elaborado que servisse de roteiro básico. Desta vez, começamos por um regimento interno, pela criação de oito comissões temáticas, que se subdividiram em outras 24 subcomissões, e há uma outra comissão, a de sistematização. Todos os 559 constituintes participaram de, pelo menos, uma dessas comissões e subcomissões. Cada um trabalhou simultaneamente. O resultado que se viu, e nem poderia ser diferente, foi um trabalho desconexo que eu tive a difícil missão de compatibilizar. No total são quase 40.000 emendas e propostas" (9) (T1)

À pergunta "quem está de fora tem a sensação de que os trabalhos da Constituinte se processam de uma forma

caótica. Por que acontece isso?" o relator da Constituinte responde, sem nenhuma vacilação, a uma das questões apenas, ali embutidas. Com efeito, a pergunta permite que o interlocutor entenda que se indaga a respeito das condições de transmissão dos trabalhos dos constituintes e não da aceitação de outra afirmação inserida na pergunta. Ou, a pergunta do repórter pode ser interpretada assim:

- (1) Os não-constituintes ("quem está de fora") têm a sensação de que os trabalhos da constituinte se processam de forma caótica.
- (2) Os constituintes trabalham de uma forma caótica.
- (3) (Ao ver de quem está de fora) os constituintes trabalham de uma forma caótica.
- (4) Os constituintes não trabalham de uma forma caótica, mas dão essa sensação (impressão) aos que estão de fora, os não-constituintes.

Na pergunta, aludimos a alguns "mirantes" através dos quais a questão poderia ser entendida, alguns deles contrariando outros.

Com efeito, o relator responde: "é uma avaliação equivocada". Qual o objeto desta avaliação equivocada? Poderia ser um destes dois:

1. A sensação é equivocada.
2. A afirmação de que é caótica é equivocada.

Em qualquer dos dois casos dá-se curso a uma avaliação. O relator, aqui interlocutor, tomou uma - e somente uma - das variações que a pergunta permitia. Ao fazer isso, ficou, de saída, na defesa, tomando a pergunta como ataque aos trabalhos da Constituinte e não às formas de difusão, pela mídia, desses trabalhos, por exemplo.

Sua resposta, se fosse entendida na primeira possibilidade da pergunta (primeira por ordem de entrada no discurso), poderia ser do tipo: "os meios de comunicação social não refletem de forma correta os trabalhos da Constituinte", para o caso de discordar da sensação aludida pelo repórter. Ou "quem está de fora, graças aos meios de comunicação de massa, têm a sensação de que os trabalhos da Constituinte se processam de forma caótica".

É claro que tal resposta vale apenas como hipótese para demonstrar que a pergunta poderia ser entendida de outro modo, e reforçar o seu caráter de conter mais de uma afirmação. O relator sentiu-se atacado, entendeu como afirmação o que era pergunta e usou como argumentos - uma vez escolhida a opção pela resposta (2) - um elenco constituído do seguinte:

- 1º) "os constituintes partiram do ponto zero".
- 2º) (estes 559 constituintes) estavam organizados em "8 comissões temáticas", trabalhando.
- 3º) (os 559 constituintes trabalharam subdivididos em) "24 comissões".
- 4º) "todos os 559 constituintes trabalharam simultaneamente".
- 5º) "no total são 40.000 emendas e propostas".

Sua argumentação foi basicamente constituída por números: (1) partiu do ponto 0; (2) havia 8 comissões; (3) havia 24 subcomissões; (4) 559 constituintes trabalharam; (5) foram feitas 40.000 emendas e propostas. Observe-se a ordem rigorosamente ascendente na enumeração dos itens utilizados como argumentos:

0 - 8 - 24 - 559 - 40.000

A seguir ainda na mesma resposta Cabral diz:

- (a) "o resultado foi um trabalho desconexo (não poderia ser diferente)".
- (b) "eu tive a difícil missão de compatibilizar (este trabalho desconexo)".

Tais declarações indicam os sintomas que se desenvolvem a seguir: a ele cabe a responsabilidade principal pelo sucesso da Constituinte pois se sairá com êxito desta "difícil missão de compatibilizar um trabalho desconexo".

E com essas duas declarações Cabral nega a negativa com a qual abriu a sua resposta: "é uma avaliação equivocada". Não esqueçamos que a tal "avaliação equivocada" foi a variante que ele como interlocutor, escolheu para uma das respostas possíveis. Sua resposta conclui afirmando exatamente o que declarou ser um equívoco, pois um trabalho desconexo pode ser entendido como caótico.

A única possibilidade de salvação deste trabalho é dada pelo próprio Cabral: sua própria atuação. "Eu tive a difícil missão de compatibilizar este trabalho desconexo". Dir-se-ia que entre os números antes aludidos - 0, 8, 24,

559, 40.000 - sobra um: ele mesmo, o todo-poderoso relator da Constituinte capaz de "compatibilizar um trabalho desconexo" em tão difícil missão.

A possibilidade de explicar as interpretações à pergunta da revista Veja pode ser identificada nas afirmações que aparecem em duas perspectivas:

E1 - afirma que os trabalhos da constituinte são caóticos.

E2 - afirma que as pessoas de um modo geral têm a sensação de que os trabalhos se processam de forma caótica.

O locutor, ao fazer a pergunta, apresenta duas perspectivas: na primeira, apresenta a voz do povo e o jornalista não assume a afirmação de que os trabalhos da constituinte são caóticos. E1 é a voz que é apresentada na perspectiva do povo. Já em E2, a afirmação corresponde à posição do repórter que é Lp (Locutor-enquanto-pessoa). Temos então:

E1 = opinião pública

E2 = Lp (jornalista)

O jornalista, portanto, faz a pergunta de dois lugares em cujas perspectivas instala-se a cisão do sujeito.

Deste modo, as diversas relações entre estas perspectivas permitem derivar os sentidos que são dados à interpretação da pergunta do repórter:

(1') Se não se distinguir E1 e E2 deriva-se a interpretação (1).

(2') Se se considerar que a afirmação principal da fala do jornalista é a afirmação que é posta da perspectiva de E1, então, neste sentido, o jornalista assume a perspectiva de E1 e a afirmação feita da posição da opinião pública é a principal questão. Esse sentido corresponde à interpretação (2).

(3') Novamente a afirmação principal é aceita da perspectiva de E1. Mas, não se consideraria como uma concordância do jornalista com isso. Esse sentido corresponde à interpretação (3).

(4') E2 discorda de E1. Ele apresenta a perspectiva da opinião pública e põe outra perspectiva. Esse sentido corresponde à interpretação (4).

A resposta à pergunta do repórter ocorre de forma narrativa. Com a narrativa, Bernardo Cabral mobiliza as quantidades como argumentos para "é uma avaliação equivocada". A conclusão de Cabral é uma resposta a E1 e o argumento que utiliza para tal conclusão é uma resposta a E2. Na medida em que o locutor assume uma perspectiva e responde ao repórter, argumenta em favor da resposta que dá. Faz isso a partir da perspectiva de onde responde à opinião pública. Temos então:

E3  
(responde E1)

r = avaliação equivocada

E4  
(responde E2)

Ocorre que, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, os constituintes partiram de um ponto zero, rigorosamente do nada. Não havia um esboço de constituição previamente elaborado que servisse de roteiro básico. Desta vez, começamos por um regimento interno, pela criação de oito comissões temáticas, que se subdividiram em outras 24 subcomissões, e há uma outra comissão, a de sistematização. Todos os 559 constituintes participaram de, pelo menos, uma dessas comissões e subcomissões. Cada um trabalhou simultaneamente. O resultado que se viu, e nem poderia ser diferente, foi um trabalho desconexo que eu tive a difícil missão de compatibilizar. No total são quase 40.000 emendas e propostas.

Como mostra a escala argumentativa<sup>(10)</sup>, uma perspectiva sustenta a outra. A resposta a E2 (Lp = Repórter) sustenta a resposta a E1 (opinião pública).

Uma outra questão é que Bernardo Cabral coloca-se na posição de relator da Constituinte na resposta que dá ao jornalista. Na primeira parte da resposta que vai de "ocorre que..." a "desconexo" é o locutor que responde. E em "Eu tive a difícil missão de compatibilizar" o locutor desliza para a posição de Locutor-enquanto-pessoa (Bernardo-relator). A duplicidade de perspectivas é que resolve o problema da contradição aparente da resposta. Com isso, o "caos" resolve-se pelo relator.

Podemos concluir que a seqüência da resposta tem uma coesão interna e é coerente porque Bernardo Cabral fala de perspectivas diferentes.

## 5. ALIÁS: CARACTERIZAÇÃO ENUNCIATIVA

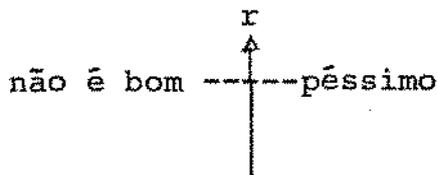
### 5.1. Aliás e Textualidade: Alguns Aspectos

Como vimos no primeiro capítulo, o quadro de resultados da aplicação dos critérios e testes em X aliás Y e especificamente os testes de interrogação, negação, focalização com 'é que' e articulação no diálogo indicam que há independência sintática entre X e Y na construção X aliás Y.

Pretendo agora retomar hipóteses sobre o aliás que se encontram no segundo capítulo. A abordagem de Ducrot e outros (1980b) mostra que no enunciado com aliás o argumento (Q) vai na mesma direção do argumento (P), isto é, ambos conduzem para a mesma conclusão. Em

(101) Isto não é bom (P). Aliás é péssimo (Q).

temos uma escala assim:



onde r pode ser, por exemplo, "não compre".

Vejamos os casos que seguem:

(102) (?) Isto não é bom. (P) Isto é ótimo (Q).

(103) Ele fez tudo o que queria (P). Isto é, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).

(104) Ele fez tudo o que queria (P). Aliás, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).

(105) Isto é ruim (P). Aliás, isto é péssimo (Q).

(106) (?) Isto é ruim (P). Aliás, isto é ótimo (Q).

(107) (?) Isto não é bom (P). Aliás, isto é ótimo (Q).

Podemos dizer que (102) não é aceitável na mesma medida que (101). Em (101) a negação em (P) é descritiva, enquanto que em (102), para ser aceitável, a negação é polêmica. A diferença entre (103) e (104) é que na primeira Q explica P, o mesmo não ocorrendo em (104).

Quanto a (105) e (106), ressalte-se a inaceitabilidade de (106), principalmente pelo fato de em (106) Q ser oposto a P. O mesmo ocorrendo com (107), tanto se considerarmos a negação em P como descritiva ou como polêmica.

Tudo isto nos leva a considerar que:

- a) de fato em X aliás Y, P e Q são argumentos de uma mesma classe argumentativa e de igual força.
- b) aliás não tem um caráter explicativo, registre-se a diferença de (103) e (104).
- c) Em X aliás Y, aliás Y não pode ser visto como continuidade de X, simplesmente. Para isto indica fortemente a impossibilidade de (107). Ou seja, não se pode ver aliás Y como algo que se diz da mesma posição que se usou para retrucar alguém. Ressalte-se que com a negação metalingüística em (107a), é claramente aceitável.

(107a) Isto não é bom. Aliás, isto é ótimo.

Por outro lado, Ducrot afirma que o argumento (Q) se apresenta como não necessário para a argumentação. Mas, em se

guida, acrescenta que o argumento introduzido pelo aliás não pode ser substituído por "dito de passagem" ou "entre parênteses", por exemplo. Em

(108) "Por mais que alguns críticos insistam em afirmar que a Curitiba da Dalton Trevisan é pura projeção de memória ou é mítica (com o que aliás eu concordo), o suporte de ambas é a Curitiba". (11)

não é possível substituir o aliás por dito de passagem ou entre parênteses. Esta substituição tornaria a seqüência inaceitável.

Um fato significativo no comportamento das construções X aliás Y, é que Y pode ser uma oração adjetiva explicativa, mas não uma restritiva.

Pode-se dizer que a adjetivação por orações ou o fato de os adjetivos poderem ser substituídos por uma oração resulta na relação de subordinação adjetiva.

Parece fundamental discutir o fenômeno que ocorre nesse tipo de relação sintática em se tratando de

(109) Os trabalhadores que foram demitidos continuam desempregados.

Temos aí a delimitação do substantivo trabalhadores, isto é, do conjunto de trabalhadores, estamos falando dos que foram demitidos que continuam desempregados. Nesse caso, temos a subordinação adjetiva restritiva. No mesmo exemplo podemos dar um sentido geral para trabalhadores e em seguida atribuímos a eles a demissão. A relação altera-se, a pessoa que produz o enunciado explicita alguma coisa sobre os trabalhadores. Te-

mos, então, uma subordinada adjetiva explicativa. Em Português, a subordinada adjetiva explicativa aparece na escrita, entre vírgulas

(110) Os trabalhadores, que foram demitidos, continuam desempregados.

A convivência dessas relativas com a presença do aliás pode ser observada em

(109a) (?) Os trabalhadores que aliás foram demitidos continuam desempregados.

(110a) Os trabalhadores, que aliás foram demitidos, continuam desempregados.

considerando (109a) uma relativa restritiva, percebe-se que o aliás não convive com esse tipo de relação. Isto porque quando o aliás retoma o que (anafórico), não há possibilidade de haver delimitação do substantivo trabalhadores. Contudo, em (110a) a presença do aliás é possível porque trata-se de uma relativa explicativa.

A questão da relativa de cuja análise me ocupo aqui, para ser melhor entendida, deve ser inserida na concepção de Bally sobre a coordenação. Segundo Bally, "a proposição relativa explicativa é na realidade uma frase coordenada" (Bally, 1965: 58). Podemos dizer que em (109a) há uma relação de subordinação da oração que foram demitidos. Já em (110a) há uma independência sintática e tem-se coordenação. Esse é um caminho para distinguir (109a) de (110a). Outro caminho pode ser a convivência do aliás com a relativa explicativa com o argumento de que o aliás esteja funcionando como advérbio.

Assim podemos levantar a hipótese de que o aliás tem uma função que não foi estabelecida até agora, de natureza textual. Explicação essa que pode ser dada pelo fato de o aliás passar na relativa explicativa uma vez que o enunciado Y não é parte do enunciado X. Os dois aparecem separadamente. Já o fato sintático de o aliás não passar na restritiva, mostra que Y está subordinado a X. Então temos dois tipos de relação: uma relação frasal, isto é, interna da frase, e uma relação textual - que é dada pelo aliás. O morfema aliás permite, ao que parece, tal distinção. Desta forma podemos continuar dizendo que o argumento introduzido pelo aliás e o argumento precedente são dois julgamentos completos separados.

## 5.2. Aliás: Caracterização da Polifonia

Como vimos no segundo capítulo, Ducrot e outros (1980b) sugerem a consideração da Polifonia para caracterizar mais adequadamente o funcionamento do aliás.

Sabe-se que a independência sintática entre X e Y na construção X aliás Y, constatada nas análises do primeiro capítulo bem como na análise de (109a) e (110a) podem aparentemente revelar, ainda que de maneira precária, que no fenômeno lingüístico em questão, deveríamos continuar insistindo na hipótese de que os argumentos P e Q são também independentes um do outro e que o argumento Q pode até ser desnecessário na sequência X aliás Y. A caracterização argumentativa da mesma sequência mostra que, ao invés disso temos, nos argumentos P e Q, argumentos de igual força para a conclusão r.



to do locutor. Deste modo podemos supor que enunciados do tipo X aliás Y apresentam a possibilidade de polifonia, em que há um enunciador distinto do locutor.

Assim temos, para (111), tendo em vista a ironia e a comparação com (111a)

- L
- E<sub>0</sub> - O carnaval é uma porcaria → não vamos pular o carnaval.
  - E<sub>1</sub> - O carnaval é uma porcaria → vamos pular o carnaval.  
aliás
  - E<sub>2</sub> - A porcaria mais gostosa do mundo → vamos pular o carnaval.

Ou seja, o locutor de (111) representa pelo aliás dois enunciadores (E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>) de tal modo que a perspectiva de E<sub>2</sub> mostra que a perspectiva de E<sub>1</sub> é irônica em relação a um outro enunciador, E<sub>0</sub>. Podemos ver que a perspectiva irônica de E<sub>1</sub> é constituída pelo aliás, que transforma o carnaval é uma porcaria em argumento co-orientado com a porcaria mais gostosa do mundo.

Para dar continuidade a essa caracterização, vamos comparar o aliás com expressões como na verdade, de fato e com efeito.

Consideremos inicialmente os exemplos abaixo usados como argumentos para a conclusão: não compre este livro.

(112) (?) Ele é ruim(P). Aliás ele é ruim (Q).

(113) (?) Ele é ruim(P). Na verdade ele é ruim (Q).

(114) Ele é ruim(P). De fato ele é ruim (Q).

(115) (?) Ele é ruim(P). Com efeito ele é ruim (Q).

Onde somente (114) não causa estranheza. Consideremos, agora, os exemplos abaixo, também usados como argumentos para a conclusão: não compre este livro.

(116) Ele é ruim. De fato ele é ruim. Aliás, ele é péssimo.

(117) (?) Ele é ruim. De fato ele é ruim. Na verdade, ele é péssimo.

(118) (?) Ele é ruim. De fato ele é ruim. De fato ele é péssimo.

(119) (?) Ele é ruim. De fato ele é ruim. Com efeito ele é péssimo.

Neste caso há, como registramos, uma certa estranheza nos enunciados de (117) a (119).

Se considerarmos, como vimos anteriormente, que X aliás Y articula argumentos de igual força e de perspectivas argumentativas distintas, e observando que é aceitável dizer, no mesmo contexto dos enunciados de (117) a (119),

(120) Ele é ruim. De fato ele é ruim. Ele é até mesmo péssimo.

podemos fazer as seguintes hipóteses:

X na verdade Y

X de fato Y

X com efeito Y

- a) articulam enunciados no interior de uma mesma perspectiva, à diferença de X aliás Y.
- b) articulam argumentos de mesma força argumentativa, tal como X aliás Y e à diferença de X até mesmo Y que articula argumentos numa mesma perspectiva, mas com forças diferentes: Y é argumento mais forte que X. (13)

Suponhamos agora os enunciados

(121) Isto não é bom (P). Aliás isto é péssimo(Q).

(122) Isto não é bom (P). Na verdade isto é péssimo(Q).

(123) (X) Isto não é bom(P). De fato isto é péssimo(Q).

(124) Isto não é bom (P). Com efeito isto é péssimo(Q).

Consideremos que estes enunciados sejam contraargumentações de um locutor B a um locutor A que diga

A. Isto é bom.

Caso em que estaríamos diante de uma negação metalinguística. Neste contexto parecem aceitáveis os enunciados (121) e (122), inaceitável o enunciado (123) e um pouco estranho o (124).

Tomemos agora

(125) Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Aliás a obra do França foi mais destacada.

(126) (?) Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Na verdade a obra do França foi mais destacada.

(127) (?) Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. De fato a obra do França foi mais destacada.

(128) Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Com efeito a obra do França foi mais destacada.

Onde são aceitáveis (125) e (128).

Diante destes aspectos podemos dizer que se confirmam a polifonia de X aliás Y, a não polifonia de X, na verdade Y, e de X de fato Y.

Por outro lado é preciso dizer que na verdade tem a capacidade de remeter a fala de um locutor à fala de outro locutor, (não a perspectivas de outros enunciados) enquanto que de fato só articula segmentos da fala de um único locutor, de tal modo que ao dizer (Q) confirma-se o engajamento do locutor com (P).

Resta, agora, caracterizar o com efeito. A primeira coisa a se dizer é que talvez seja preciso refazer a hipótese de que X com efeito Y não apresenta polifonia, diferenças de perspectivas. A aceitabilidade de (128) e (125) leva na direção desta retificação. Por outro lado, é preciso lembrar, por exemplo, que com efeito é inaceitável em muitos contextos em que aliás é aceitável. Parece, então, que se pode fazer as seguintes hipóteses:

- a) Nas enunciações do tipo X aliás Y há dois enunciadores distintos, e nenhum deles coincide, necessariamente, com o locutor.

- b) Nas enunciações do tipo X com efeito Y há dois enunciadores e o enunciador de X coincide com o locutor, sendo que o enunciador de Y pode ou não coincidir com o locutor. Esta hipótese parece razoável, inclusive porque ela seria capaz de explicar porque em (128) pode-se interpretar que o locutor não concorda com o fato de a imprensa só ter destacado a obra de França,

Vejamos a comparação do aliás com além disso (14)

em:

- (129) Na feira comprei batatas, macarrão, arroz, ovos (P). Além disso comprei mel da melhor qualidade (Q). É ótimo comprar na feira(R).
- (130) Na feira comprei batatas, macarrão, arroz, ovos (P). Aliás, comprei mel da melhor qualidade(Q). É ótimo comprar na feira(R).
- (131) (?) Tudo podia acontecer (P). Além disso, lembrei-me de uma anedota de humor negro(Q).
- (132) Tudo podia acontecer (P). Aliás, lembrei-me de uma anedota de humor negro (Q).

Começemos pelos enunciados (129) e (130). Podemos dizer que ambos são aceitáveis e daí podemos fazer a hipótese de que o além disso, tal como aliás, articula argumentos de igual força.

Quanto a (131) e (132) podemos dizer que (131) passa com dificuldade porque o locutor apresenta um argumento

(Q) que dificilmente se articula com (P). (132) parece mais natural e isto pode ser explicado pela polifonia. Assim, os argumentos orientam para a mesma conclusão, mas além disso e aliás não articulam do mesmo modo os argumentos.

Vamos agora, para finalizar este capítulo, aplicar a caracterização que fizemos para o aliás a uma seqüência textual, que chamou, especialmente, nossa atenção.

"Aliás, não tem sentido ocultar. Certa época, o Ganhador viveu à custa de mulheres defeituosas. Nanicas, mancas, corcundas, lábios leporinos, bocas tortas, albinas, peles repuxadas por queimaduras, paraplégicas. Comia, bebia, aceitava economias que ofertavam agradecidas. (...) Um ano. Sem vencer festivais, su foco. Vivendo de carteiras roubadas e bêbados<sup>(15)</sup> (T2).

O texto acima citado é o trecho inicial do mais recente romance de Ignácio de Loyola Brandão, intitulado O Ganhador. Em testes anteriores que realizamos, neste mesmo trabalho, constatamos que é impossível inverter o enunciado Q para o início do enunciado. Um enunciado com aliás em todos os casos analisados, aparece sempre depois de outro enunciado. O uso do aliás prevê a existência de um argumento P. Ele de alguma forma deve estar presente. O romance em questão se apóia na figura de um perdedor, um torto na vida, um não-herói. Talvez possamos levantar a hipótese de que o aliás permite que se dê outra orientação, diferente daquela que o título O Ganhador faz pensar. Como vimos para o caso do enunciado (111), podemos dizer que esta seqüência

inicial, (considerem-se adjetivos como defeituosas, nanicas, mancas etc.), introduzida pelo aliás, representa uma perspectiva E<sub>2</sub> que mostra, atesta uma perspectiva E<sub>1</sub> cujo argumento, não-dito, é uma ironia à perspectiva E<sub>0</sub> da qual se deu o título ao livro.

Assim vemos como o aliás traz para o texto algo que nele não está e que é fundamental para inverter ironicamente o título e construir um dos lugares de interpretação do romance. Deste modo, poder-se-ia dizer que a presença desta seqüência inicial instala a seguinte orientação argumentativa:

E <sub>1</sub> - Ele não é um ganhador	] Vamos apresentar os fracassos da personagem.
E <sub>2</sub> - "Aliás, não tem sentido ocultar..."	

Corroborando esta análise há o fato de que indica-se logo abaixo de capítulo primeiro o seguinte: A caminho do festival maior e, logo abaixo, canção-de-fracasso para recém-casados.

## CONCLUSÃO

Dado o até aqui exposto, o presente estudo sobre o aliás fornece um material que torna possível levantar a discussão do estatuto gramatical desse morfema. Isso pode ser constatado no primeiro capítulo desse estudo.

Não cabe aqui repetir as conclusões sobre a aplicação de uma série de critérios nos quais está presente a verificação da convivência do aliás com advérbios e conjunções. Há várias questões levantadas sobre a função adverbial e conjuntiva do aliás. Diante destas questões, podemos dizer que o mais importante não é decidir sobre a classificação desse morfema em uma destas duas classes gramaticais. Como se viu pela seqüência do trabalho, o mais importante é o seu funcionamento polifônico e argumentativo que, inclusive, tem a ver com a textualidade.

De outra parte as hipóteses de Ducrot e outros (1980b), no segundo capítulo, parecem ser um caminho para explicar

(111) O carnaval é uma porcaria. (P) Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo. (Q)

A impressão que se tem, quando se estuda a forma X aliás Y é de que o argumento (P) é mais forte que o argumento Q ou que o argumento Q é quase desnecessário para a conclusão visada pelo locutor.

Lembremos, no entanto, aqui o caso do enunciado (111). Na análise deste enunciado ficou claro como é aliás

Q que instala a ironia em P e deste modo tem-se P e Q como argumentos co-orientados, ou seja, se há a aparência do caráter não necessário do argumento Q, é preciso dizer que discursivamente o argumento Q (introduzido pelo aliás) é decisivo. Na caracterização enunciativa fica claro que esta expressão não tem a função de mera continuidade de X na seqüência X aliás Y. Desse modo conclui-se que P e Q não são ditos da mesma posição.

Isto pode ser caracterizado pela análise do enunciado (111) há pouco lembrado bem como pela comparação de aliás, com na verdade, de fato, com efeito, além disso e até mesmo.

Assim o aliás aparece como um operador que constitui enunciadores distintos para P e Q. Esses enunciadores não coincidem necessariamente com o locutor. Quanto aos outros morfemas: na verdade, de fato, até mesmo e além disso não apresentam Polifonia. Ao passo que com efeito apresenta Polifonia, mas o enunciador de P deve coincidir com o locutor. Quanto à orientação argumentativa aliás, na verdade, de fato, com efeito e além disso articulam argumentos da mesma força argumentativa. Ao passo que até mesmo articula argumentos de forças argumentativas distintas.

Vários pontos de nossa análise (o estudo de Ducrot e outros (1980b) retomado no segundo capítulo a relação do aliás com as relativas, a análise do enunciado (111) e da seqüência inicial do romance de Loyola Brandão, por exemplo) mostram que o funcionamento enunciativo do aliás tem a ver com a constituição da textualidade. Desse modo, na medida que o aliás constitui uma enunciação polifônica, somos

levados a dizer como outros já o têm feito, que o texto se constitui de uma multiplicidade de perspectivas enunciativas.

## NOTAS

1. De agora em diante, neste capítulo, referiremos os autores utilizando somente o nome de Ducrot.
2. Essa observação é oportuna e demonstra que embora o gramático se familiarize com os problemas que afetam as classificações dispostas na gramática, não explicita o fato de considerar que há palavras que "antes modificam a frase em sua totalidade do que o verbo em particular manifestando-se por meio delas, uma apreciação da pessoa que fala". (LIMA, 1980). Ainda neste trabalho haverá uma análise mais detalhada sobre a observação do gramático.
3. Os enunciados (2), (5), (6), (7), (8) foram recolhidos em ocorrências de fala em Aquidauana (MS). O enunciado (9) foi recolhido de um comentário de Joelmir Beting - Fantástico - Rede Globo - 02/03/86.

Os seguintes enunciados foram recolhidos de textos escritos:

- (1) O carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.  
(Diário do Povo, Campinas, 09.03.84, 1)
- (3) As duas alternativas, aliás não excludentes, empobrecem o debate.  
(Folha de São Paulo, 15.07.85, 2)
- (4) Viver melhor é uma idéia ótima. E essa é, aliás, a proposta básica de Cláudia.  
(Revista Cláudia, 11: 84, 3)
- (10) O que se pode dizer das línguas guardadas as proporções, se pode dizer dos dialetos. A língua, aliás, é uma ABSTRAÇÃO.

POSSENTI, S. Funcionalidade da Língua (texto mimeografado) Ijuí, FIDENE, 1977.

4. Desconsidere-se o número 14 uma vez que no teste da conjunção 'e' não muda o exemplo de nº 4. Para fins de organização do texto em questão o nº 14 não aparecerá.
5. O texto "D'ailleurs ou la logique du camelot" de D. Bourcier, O. Ducrot, E. Fouquier, J. Gouazé, L. Maury, T.B. Mguyen, L. Ragunet de Saint Alban que retomamos no capítulo 2 demonstra que o mas opõe dois argumentos e o "aliás" os conjuga. Isso será tratado neste trabalho oportunamente.
6. O original aqui indicado por 1987 é de 1984.
7. Registrar ainda entre outros os trabalhos sobre Polifonia de Koch, I.G.V. (1983), LIMA, H.R.V. (1986).
8. Lp corresponderia ao <sup>λ</sup> de Ducrot.
9. Este texto (T1) foi retirado da entrevista "Estão com inveja de mim" in Veja, 993: 5-8, set.
10. O conceito de escala argumentativa é o desenvolvido a partir de "Les E'chelles Argumentatives" (Ducrot, 1973).
11. O exemplo (108) foi retirado da resenha Círculos Inexoráveis, in Isto é, 362: 80, nov.
12. O exemplo já foi citado na nota 3.
13. A caracterização do até mesmo já está em Ducrot (1973).
14. O exemplo (132) foi retirado da entrevista com Fafá de Belém in Playboy, 117, 42.
15. Este texto (T2) foi retirado do livro de Ignácio de Loyola Brandão, O Ganhador, São Paulo, Global, 1987, p. 7.

## BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J.C. (1977) La Problematique des L'illocutoire de Rivée. Langages e Société. 2. p. 17-41.
- AZEVEDO, F. (s/d) Pequeno Dicionário Latino-Português. Organizado por Grupo de Professores, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- BALLY, C. (1965) Linguistique Générale et Linguistique Française, Franck Berne.
- BAKHTINE, M. (1963) La Poétique de Dostoievsky, Paris, Sevil.
- \_\_\_\_\_ (1981) Marxismo e Filosofia da Linguagem (vários tradutores), São Paulo, Hucitec.
- BENVENISTE, E. (1966) Problèmes de Linguistique Générale, Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_ (1974) Problèmes de Linguistique Générale II, Paris, Gallimard.
- BECHARA, E. (s/d) Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo, Ed. Nacional.
- CEGALLA, D.P. (1980) Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_ (1985). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CUNHA, C. (1985) Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- DUCROT, O. (1972) Dire et ne pas Dire, Paris, Hermann.
- \_\_\_\_\_ (1973) Les Échelles Argumentatives, In "La Preuve e le Dire, Paris, Mame.
- \_\_\_\_\_ (1980a) Analyses pragmatiques. Revista Communica-tions, nº 32, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociáles, pp. 11-60.
- \_\_\_\_\_ et alii (1980b) Les mots du discours!. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_ (1987) O Dizer e o Dito (diversos tradutores).Cam pinas, São Paulo, Pontes.
- GARCIA, M. e NASCENTES, A. (s/d) Dicionário Caldas Aulete. Rio, Delta, Vol. 1, p. 160.
- GUIMARÃES, E.R.J. (1981) Algumas Considerações sobre a Con junção Embora in Português: Estudos Lingüísticos, IEL.
- \_\_\_\_\_ (1987) Texto e Argumentação: um estudo das con- junções em português. Campinas, São Paulo, Pontes.
- KOCH, I.G.V. (1983) Argumentação e Autoridade Polifônica. Estudos Lingüísticos, Uberaba, p. 66-74.
- LIMA, H.R.V. (1986) Les Discours de Leonel Brizola: con- cession et refutation, (UFSCar-Mimeo).
- LIMA, R. (1980) Gramática Normativa de Língua Portuguesa. Rio, José Olympio, p. 155.
- MAGNE, A. (1952) Dicionário Etimológico da Língua Latina, v. 1, Rio, MEC-INL.
- NASCENTES, A. (1960) O Idioma Nacional. Rio, Livraria Aca dêmica.

TORRINHA, F. (1945) Dicionário Latino-Português. Edições  
Marânus, 3ª ed.

VOGT, C. (1980) Linguagem, Pragmática e Ideologia. Campi  
nas, São Paulo, Hucitec.